

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2013/2014



TII

**BRASIL E PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA UMA
PARCERIA ESTRATÉGICA TENDENTE A UMA PRESENÇA
MAIS ATIVA DOS DOIS PAÍSES NO CENÁRIO
INTERNACIONAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA
RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM
DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**BRASIL E PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA UMA
PARCERIA ESTRATÉGICA TENDENTE A UMA
PRESENÇA MAIS ATIVA DOS DOIS PAÍSES NO CENÁRIO
INTERNACIONAL**

MAJ INF (BRASIL) Glauco Corbari Corrêa

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 13/14

Pedrouços 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**BRASIL E PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA UMA
PARCERIA ESTRATÉGICA TENDENTE A UMA
PRESENÇA MAIS ATIVA DOS DOIS PAÍSES NO CENÁRIO
INTERNACIONAL**

MAJ INF (BRASIL) Glauco Corbari Corrêa

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 13/14

Orientador: MAJ ENG Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico

Pedrouços 2014



Agradecimentos

A Deus, por permitir que tudo isso fosse possível.

Ao Exército Brasileiro, por me dar a oportunidade ímpar de estar aqui e viver por quase um ano num país tão agradável, acolhedor e com pessoas tão valorosas: Portugal.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares, por proporcionar uma vasta, diversificada e consistente quantidade de informações e conhecimentos, fomentando o pensamento crítico.

À minha esposa, Paola, e aos meus filhos, Iago e Erik, pelo incentivo, carinho, amor e pelo apoio imprescindível para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, Raul e Nair, meus grandes exemplos, que mesmo à distância sempre torceram pelo meu sucesso.

Aos meus irmãos, Douglas e Igor, pela amizade, confiança e orientações.

Ao Senhor Coronel Boga Ribeiro, Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto, pela direção serena e segura que nos deu a todos e pelo constante incentivo para que prosseguíssemos na execução deste projeto, a par de outras tarefas do Curso.

Ao Major Centenico, meu orientador, pela paciência, amizade, orientação firme e segura, como também pelo incentivo e confiança em mim depositados para a conclusão do presente trabalho, sempre apresentando indicações para que eu me mantivesse no rumo certo.

Ao Tenente-Coronel (BRA) Migon, pelos apontamentos – sempre pertinentes e objetivos – na fase inicial da investigação e pelo envio de fontes e documentos digitais, facilitando sobremaneira a realização do presente trabalho.

Aos meus outros antecessores brasileiros, Tenente-Coronel Emílio e Major Erlon, agradeço também pelo apoio e orientações.

À Senhora Doutora Sónia Melo e Castro, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela atenção dispensada na concessão de entrevista e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

À Senhora Doutora Cláudia Susana Maniés Bicho, do Ministério da Defesa Nacional, pela atenção e generosidade dispensadas na concessão de entrevista e pelos elucidativos esclarecimentos prestados.

Aos meus 40 camaradas de Curso (portugueses, moçambicanos, angolano, alemão e espanhol), registo a minha admiração e gratidão pelo convívio diário, salutar e fraterno, dando provas cabais de que para a verdadeira amizade não há fronteiras.

Por Portugal e pelo Brasil, pela honra e pela Pátria, que bem hajam!



Índice

Introdução.....	1
1. Política Externa Brasileira	7
a. A Política Externa Brasileira no século XXI.....	7
b. A inserção do Brasil no contexto internacional.....	9
2. Política Externa Portuguesa	12
a. A Política Externa Portuguesa no século XXI	12
b. A inserção de Portugal no contexto internacional	14
3. Canais de diálogo e possíveis vetores de parceria entre Brasil e Portugal	17
4. Parceria estratégica entre Brasil e Portugal	27
a. Possíveis áreas de interesse para o Brasil	27
b. Possíveis áreas de interesse para Portugal	30
5. Análise de resultados.....	33
Conclusões.....	38
Bibliografia.....	45

Índice de Anexos

Anexo A – Entrevista com a Senhora Doutora Sónia Melo e Castro (Chefe da Divisão da América Latina e Caraíbas, da Direção de Serviços das Américas, da Direção-Geral de Política Externa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros).....	A-1
Anexo B – Entrevista com a Senhora Doutora Cláudia Susana Maniés Bicho [Adjunta da Direção de Serviços de Relações Internacionais (para assuntos de cooperação com o Continente americano), da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional (MDN) Português]	B-1

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Enquadramento conceptual.....	Ap 1 - 1
Apêndice 2 – Esquema geral da investigação	Ap 2 - 1
Apêndice 3 – Quadro resumo da análise de resultados.....	Ap 3 - 1

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Esquema geral da investigação.....	Ap 2 - 1
--	----------



Índice de Tabelas

Tabela nº 1 – Composição dinâmica de elementos de política externa	Ap 1 - 2
Tabela nº 2 – Ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das parcerias estratégicas flexíveis	Ap 1 - 3
Tabela nº 3 – Relevância da parceria estratégica por vetores	Ap 3 - 1



Resumo

O presente trabalho de investigação pretende verificar a atual situação da aproximação entre Brasil e Portugal em termos de acordos e tratados bilaterais e multilaterais, bem como possíveis contributos para incrementar essa parceria estratégica, sob a ótica das relações internacionais e da política externa dos dois países.

Começa por apresentar as principais características da Política Externa Brasileira e Portuguesa, focando-se, principalmente, nos aspetos que norteiam essas Políticas no século XXI e na forma como os dois países têm buscado uma inserção mais efetiva no cenário internacional, apontando a importância da parceria estratégica flexível para atingir esse intento. Na sequência, detalha os principais canais de diálogo e os possíveis vetores de parceria estratégica entre Brasil e Portugal, atendo-se, especialmente, nos aspetos que delineiam essa aproximação no presente século e que potenciam a inserção internacional dos dois países. São abordadas ainda as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil e a Portugal incluir no âmbito de um plano de parceria estratégica comum. Após isso, apoiando-se no conceito de parceria estratégica flexível, são analisados os resultados obtidos no desenvolvimento das questões anteriores, verificando, sob a ótica da política externa e das relações internacionais, os contributos sustentados de cada país, Brasil e Portugal, no sentido de desenvolver uma parceria estratégica tendente a uma presença mais ativa de ambos os países no cenário internacional.

Conclui-se que Brasil e Portugal, para além da ligação cultural, histórica e afetiva, apresentam grandes oportunidades para exercer uma relação bilateral que permita a projeção mais dinâmica de ambos na cena internacional, muito embora denotem também algumas assimetrias. Estas disparidades podem ser minimizadas pelo incremento e dinamização de alguns vetores, nomeadamente o geopolítico e militar, o tecnológico, o económico, o mercadológico, o político-diplomático, o sociocultural e o educacional. A potenciação dessa parceria estratégica flexível só será possível com o uso alargado da complementaridade e da sinergia entre os dois países, tendo o Atlântico como pano de fundo.



Abstract

This research work intends to investigate the current approach between Brazil and Portugal in terms of bilateral and multilateral treaties, as well as possible contributions to enhance this strategic partnership, from the perspective of international relations and foreign policy of the two countries.

It begins by presenting the main characteristics of the Portuguese and Brazilian Foreign Policies, focusing mainly on aspects that guide these policies in the twenty-first century and how the two countries have sought a more effective international position, emphasizing the importance of flexible strategic partnership to achieve this intent. In addition, this work details the main channels of dialogue and possible vectors of strategic partnership between Brazil and Portugal, attaining especially to aspects that outline this approach in the present century and that boost the international integration of the two countries. Possible areas that could be of interest to Brazil and Portugal to include within a joint plan of strategic partnership are also discussed. After that, relying on the concept of flexible strategic partnership, the results obtained in the development of the above questions are analyzed, by checking, under the perspective of foreign policy and international relations, the sustained contributions of each country, Brazil and Portugal, in the sense to develop a strategic partnership aimed at a more active international presence of both countries.

It is concluded that Brazil and Portugal, beyond cultural, historical and emotional connections, present great opportunities to pursue a bilateral relationship that allows dynamic projection of both in the international scene, although also denote some asymmetries. These disparities can be minimized by enhancing and promoting some vectors, namely the geopolitical and military, technological, economic, the market, the political-diplomatic, socio-cultural and educational. The intensification of this flexible strategic partnership will only be possible with extended use of complementarity and synergy between the two countries, having the Atlantic as a background.



Palavras-chave

Brasil, Portugal, Parceria Estratégica, Política Externa, Relações Internacionais, Contexto Internacional.



Lista de Abreviaturas

ALCA	-	Área de Livre Comércio das Américas
ALC-UE	-	América Latina, Caribe e União Europeia
AS	-	América do Sul
BRICS	-	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAE	-	Chefia de Assuntos Estratégicos
CDS	-	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEDN	-	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEE	-	Comunidade Económica Europeia
CEIIA	-	Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CELAC	-	Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos
CI	-	Cenário Internacional
CPLP	-	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	-	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CT&I	-	Ciência, Tecnologia e Inovação
CYTED	-	Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento
DGPDN	-	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
ECEME	-	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEA	-	Empresa de Engenharia Aeronáutica, S.A.
EMBRAER	-	Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A.
EMCFA	-	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMGFA	-	Estado-Maior-General das Forças Armadas
END	-	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	-	Estados Unidos da América
FFAA	-	Forças Armadas
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
G20	-	Grupo dos Vinte
H	-	Hipótese
IBAS	-	Índia, Brasil e África do Sul
IBERGOP	-	Programa da Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas
IC	-	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
IDN	-	Instituto de Defesa Nacional



IESM	- Instituto de Estudos Superiores Militares
MD	- Ministério da Defesa
MDN	- Ministério da Defesa Nacional
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNE	- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MONUSCO	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OGMA	- Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
OI	- Organização Internacional
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONG	- Organização não-governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PD	- Pergunta Derivada
PE	- Parceria Estratégica
PEB	- Política Externa Brasileira
PEF	- Parceria Estratégica Flexível
PEP	- Política Externa Portuguesa
PESC	- Política Externa e de Segurança Comum
PETROBRAS	- Petróleo Brasileiro, S.A.
PIB	- Produto Interno Bruto
PP	- Pergunta de Partida
PPA	- Plano Plurianual
RI	- Relações Internacionais
S&D	- Segurança e Defesa
SciELO	- <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SI	- Sistema Internacional
TACC	- Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil
TEC	- Tarifa Externa Comum
UE	- União Europeia



- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
- UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano
- ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



Introdução

O jogo político e as relações internacionais (RI), associados a questões geopolíticas e de estratégia, são assuntos amplos e diversificados, tendo diversos aspetos a serem investigados. Isto se deve à complexidade do cenário internacional (CI) atual, compreendendo diversos atores e interesses, nem sempre coincidentes.

Enredados nessa arena de relações, a partir de meados da década passada, Brasil e Portugal voltaram a estreitar os laços de amizade e cooperação, em particular no que concerne aos assuntos estratégicos, sempre balizados pela união de mais de cinco séculos de história.

Essa parceria transcende o âmbito militar, tornando-se uma parceria estratégica (PE) global. Segundo Pires (2009), valores e princípios fundamentais são partilhados por ambas as partes, como a democracia; o primado do direito; o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos seus direitos basilares; e uma economia de mercado.

Os dois Estados têm vindo a participar ativamente e de forma cooperativa em fóruns, encontros e cúpulas multilaterais, com destaque para a parceria constituída na promoção da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU). Como pauta bilateral importante, podemos destacar o esforço desenvolvido na difusão conjunta do idioma português e a tentativa de torná-lo uma das línguas oficiais da ONU (Grayley, 2008). Portugal tem também desenvolvido algumas ações para que o Brasil se torne um membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (Diário de Notícias, 2011). Importa ainda referir as ações desenvolvidas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização da qual são membros fundadores.

No aspeto económico, o papel chave dos dois países na criação de um acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pode assumir contornos importantes na agenda internacional. A inserção do Brasil na UE, por meio da mediação de Portugal, e a inserção deste último no MERCOSUL, em função da liderança natural exercida pelo Brasil naquela união aduaneira, é outro cenário que poderá vir a ser considerado no âmbito económico (Silva, 2012).

Convém falarmos também da assimetria existente atualmente entre os dois Estados. Segundo Silva (2012, p. 3), impõe-se constatar que há muita dificuldade em sair dos hábitos e dos chavões tradicionais para uma parceria mais atuante e coerente com a atualidade, que extrapole o aproveitamento das conjunturas recíprocas mais favoráveis.

Nesse sentido, já que a relação é de facto assimétrica, caberia a Portugal, como economia mais pequena, manter-se atualizado em relação à evolução e desenvolvimento do



grande e natural parceiro, que tem pela sua frente uma agenda própria vasta e variada. Parece-nos que ainda há certa resistência por parte de Portugal em abraçar de forma decidida o Brasil no âmbito de uma estratégia de inserção internacional bem alicerçada (Silva, 2012, p. 3).

Ainda relacionado a este assunto, Patrício (2008) afirma que as relações Portugal-Brasil da atualidade não correspondem ao passado de história e diálogo entre os dois países. Apesar do discurso oficial português atribuir grande importância ao Atlântico, no âmbito da sua política externa, o que acontece, de facto, é que isso verdadeiramente não ocorre; por um lado porque o Brasil não figura como uma grande prioridade da Política Externa Portuguesa (PEP) e, por outro, porque Portugal não se encontra no topo da agenda do Brasil, resumindo-se à história e à ligação cultural-afetiva na Política Externa Brasileira (PEB).

Segundo Sousa (2002, p. 65), o que importa, particularmente em relação aos aspetos económicos de parceria, é destacar que o Brasil, na qualidade de polo económico emergente, não necessita de Portugal como elemento indispensável para atuar na globalização. Todavia, Sousa (2002, p. 66) coloca que importa na verdade é saber de que maneira Portugal e Brasil podem desenvolver uma estratégia mútua de cooperação de forma a darem um novo rumo e sentido às relações luso-brasileiras e a ultrapassarem de modo definitivo as simples e sazonais relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância.

Diante do acima exposto, corrobora-se a relevância da presente investigação, em virtude da inserção dela junto aos assuntos referentes à política externa dos dois países em pauta, no que tange às diferentes possibilidades de cooperação e sinergia, constituindo-se numa verdadeira PE.

Sendo assim, o objeto da investigação é a PE entre Brasil e Portugal e delimitou-se o mesmo ao estudo dos acordos de cooperação e parcerias concretas já existentes entre os dois países e à identificação de novos vetores de interesse recíproco. Desse modo, efetuou-se o enfoque na inserção de ambos na agenda internacional, procurando-se apontar questões e cenários onde haja possibilidade de aproveitamento da sinergia na associação de Brasil e Portugal, com vistas a fortalecer a PE na direção da presença mais ativa de ambos no CI.

A presente investigação, no que diz respeito à limitação temporal, focou-se na Política Externa do Brasil e de Portugal, preponderantemente no século XXI, e nos



períodos de criação de acordos e fóruns bilaterais e multilaterais que envolvam os dois países.

O objetivo geral da investigação é verificar a atual situação da aproximação entre Brasil e Portugal em termos de acordos e tratados bilaterais e multilaterais, bem como possíveis contributos para incrementar essa PE, sob a ótica das RI e da política externa dos dois países. Desta forma, formularam-se os seguintes objetivos específicos: perceber os conceitos, prioridades, dimensões e orientações da PEB e da PEP, relativas ao enfrentamento dos desafios do século XXI; analisar os canais de diálogo possíveis entre Brasil e Portugal, de forma a perceber as melhores formas de interação entre os dois países com vistas a uma presença mais ativa de ambos no CI; e estudar os possíveis vetores de parceria entre os dois países.

Para orientação da investigação e considerando o atrás apresentado, designadamente no que respeita à delimitação de tema, foi definida a seguinte Pergunta de Partida (PP): quais os principais vetores a considerar numa PE entre Brasil e Portugal, no sentido de inserir os dois países de maneira mais ativa no CI?

No sentido de operacionalizar a execução da investigação, foram formuladas as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD1: quais os principais aspetos característicos da PEB?

PD2: quais os principais aspetos característicos da PEP?

PD3: quais os principais canais de diálogo entre Brasil e Portugal?

PD4: quais as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal?

PD5: quais as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil?

Foram ainda formuladas as seguintes Hipóteses (H) como proposições provisórias:

H1: a PEB privilegia, dentre outros aspetos, o princípio do multilateralismo e o empenhamento na cooperação com outras nações de língua portuguesa.

H2: a PEP privilegia, dentre outros aspetos, a participação ativa do País no sistema multilateral e a crescente relevância do Atlântico e das relações transatlânticas.

H3: para além do canal bilateral, os outros canais de diálogo possíveis entre Brasil e Portugal são a CPLP, as Cimeiras Ibero-americanas, as Cimeiras UE-América Latina e Caribe e o quadro inter-regional UE-MERCOSUL.

H4: a inserção mais efetiva do Brasil na UE e na Europa de maneira geral, o apoio para o fortalecimento da CPLP, a cooperação na defesa do Atlântico Sul e o apoio para



conquista de um assento permanente no CSNU são possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal.

H5: o apoio para o fortalecimento da CPLP e maior presença no Atlântico Sul são possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.

H6: os possíveis vetores de parceria para maior inserção internacional dos dois países seriam o cultural, o tecnológico, o de defesa, o político e o económico. Sendo que esta Hipótese passa a responder também a PP.

O modelo de investigação da temática em questão seguiu o normativo comumente aceite para investigação científica aplicada ao campo social e político, e teorizado por autores como Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2013) e Stephen Van Evera (1997).

Na referenciação bibliográfica das fontes empregues neste trabalho foi utilizado o *software* para referenciação automática, através do estilo “*Harvard - Anglia*” da ferramenta de referenciação incorporada no *Microsoft Office Word*® 2007.

Foi utilizada a pesquisa exploratória que permitiu o mapeamento, a descrição e a elaboração de uma classificação inicial para a necessidade ou não de inserção de novos dados relativos à pesquisa em pauta.

Realizaram-se entrevistas com a Senhora Doutora Sónia Melo e Castro, Chefe da Divisão da América Latina e Caraíbas, da Direção de Serviços das Américas, da Direção-Geral de Política Externa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE); e com a Senhora Doutora Cláudia Susana Maniés Bicho, Adjunta da Direção de Serviços de RI, da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

A pesquisa bibliográfica possibilitou a apresentação de conceitos teóricos e visão histórica, com foco principal nos dados sobre: o modelo de inserção internacional do Brasil e de Portugal; a PEB e a PEP; e os acordos de cooperação, fóruns e debates entre Brasil e Portugal. Englobou, ainda, literaturas de especialistas e estudiosos de modo geral.

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

- Fontes de busca:

Artigos científicos, livros e monografias da Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)



e do Instituto de Defesa Nacional (IDN).

- Estratégia de busca para as bases de dados eletrónicas:

Foram utilizados os seguintes termos descritores: "Política Externa Brasileira, Política Externa Portuguesa, relações Brasil-Portugal, acordos de cooperação Brasil-Portugal, acordos bilaterais Brasil-Portugal, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e as parcerias estratégicas Brasil-Portugal, respeitando as peculiaridades de cada base de dados. Foi pesquisado o acervo disponibilizado através das bases eletrónicas brasileiras, nomeadamente a base "CAPES periódicos" e a base da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Após a pesquisa eletrónica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar artigos não localizados na referida pesquisa.

O estudo está organizado em cinco capítulos e termina com as conclusões. Os conceitos, conhecimentos, informações e interpretações que permitem formar um quadro teórico conceptual dos termos "política externa" e "parceria estratégica", que são importantes para a análise que é apresentada ao longo do trabalho, constam do Apêndice 1 (Enquadramento Conceptual). Tal Apêndice apresenta o entendimento acerca do termo "parceria estratégica", fazendo a devida ligação com a política externa dos países, explicando a parceria estratégica flexível (PEF) e os ambientes, em nível macro, propícios para a adoção deste tipo de parceria.

O primeiro capítulo aborda as principais características da PEB, focando-se, principalmente, nos aspetos que norteiam essa Política no presente século e na forma como o Brasil tem buscado uma inserção mais efetiva no CI, apontando a importância da PE com Portugal para atingir esse intento.

O segundo capítulo, de forma análoga ao anterior, aborda as principais características da PEP, atendo-se, especialmente, nos aspetos que norteiam essa Política no século XXI e na forma como Portugal tem buscado uma inserção mais efetiva no CI, procurando fazer as ligações necessárias com a presença do Brasil neste contexto.

O terceiro capítulo detalha os principais canais de diálogo e os possíveis vetores de PE entre Brasil e Portugal, focando-se nos aspetos que potenciam a inserção mais efetiva dos dois países no CI.

O quarto capítulo aborda as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal e, de igual forma, as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.



O quinto capítulo analisa os resultados obtidos no desenvolvimento dos capítulos anteriores, verificando, sob a ótica da política externa e das RI, os contributos sustentados de cada país, Brasil e Portugal, no sentido de desenvolver uma PE tendente a uma presença mais ativa de ambos no CI.

Por último apresenta as conclusões, onde se pode ler que Brasil e Portugal, para além da ligação cultural, histórica e afetiva, apresentam grandes oportunidades para exercer uma relação bilateral que permita a projeção mais dinâmica de ambos na cena internacional, muito embora denotem também algumas assimetrias. Estas disparidades podem ser minimizadas pelo incremento e dinamização de alguns vetores, nomeadamente o geopolítico e militar, o tecnológico, o económico, o mercadológico, o político-diplomático, o sociocultural e o educacional. A potenciação dessa PEF só será possível com o uso alargado da complementaridade e da sinergia entre os dois países, tendo o Atlântico como pano de fundo.



1. Política Externa Brasileira

O objetivo do presente capítulo é abordar as principais características da PEB, focando-se, principalmente, nos aspetos que norteiam essa Política no século XXI e na forma como o Brasil tem buscado uma inserção mais efetiva no CI.

a. A Política Externa Brasileira no século XXI

Segundo Cervo (2012, p. 11), a PEB segue rumo à maturidade da inserção internacional. Nesse sentido, o século XXI constitui ponto de chegada avançado de um país novo, a procura do próprio destino.

A evolução da PEB baseia-se num padrão de conduta, como continuidade de uma política de Estado. Ela assenta nos elementos de identidade nacional como: a autodeterminação, a não-intervenção e a solução pacífica de conflitos; o respeito pelos seus compromissos; as parcerias estratégicas; o realismo e pragmatismo; e a independência na inserção internacional, entre outros (Cervo, 2008, pp. 26-31).

Ainda no sentido de transformação da PEB, podemos afirmar que a década de 1990 representou o retorno do bilateral-hemisférico na PEB, o século XXI trouxe a demanda de atualização da tradição global-multilateral. Tal atualização trouxe uma evolução por meio da convergência dos níveis bi e multilateral da política externa (Pecequilo, 2008, p. 151).

Ao longo deste novo século tem-se dado um novo impulso e uma nova roupagem à PEB. Ao contrário do passado recente, quando a política externa era acessória à estabilidade macroeconómica e tinha função de garantir a credibilidade internacional, na atualidade, a política exterior, pró-ativa e pragmática, é uma das bases da estratégia de governo calcada em mais três pilares: manutenção da estabilidade económica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas (Hirst, et al., 2010, p. 23).

O desafio da nova agenda da PEB é o de transformá-la num caminho por meio do qual, no contexto de uma globalização assimétrica, o país amplie o poder de controlo sobre seu destino e, com sensibilidade social-democrática, encaminhe um dos males que tanto lhe assola: a exclusão social (Lafer, 2000, p. 263). Esta questão remete-nos a aspetos conceptuais importantes da política externa apresentados no Apêndice 1, como a análise da realidade interna e a análise da compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas.

Nesse âmbito, a diplomacia brasileira, dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) (ou simplesmente Itamaraty), propagou-se pelos quatros cantos do



mundo, constituindo o Brasil num “Estado logístico” (Cervo, 2008, p. 108).

Segundo Cervo (2012, p. 12), a conduta diplomática em tempo de Estado logístico orienta-se pelos princípios da reciprocidade de benefícios entre as nações no campo da negociação multilateral e pela consolidação de parcerias bilaterais, visto que estas parcerias também estendem os interesses e o poder nacional. O desfile de parcerias estáveis e apreciadas, tanto pelo lado económico quanto político e geopolítico, enriquece o tempo das RI do Brasil, sendo que dentre elas encontra-se Portugal.

Fonseca Júnior (2004, pp. 363-374) afirma que, se antes o país construiu, com razoável sucesso, a autonomia possível pelo relativo distanciamento em relação ao mundo, na virada do século esta autonomia possível só pode ser construída pela participação ativa na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial.

Nesse âmbito, importa referir a linha de pensamento e atuação do atual Governo da Presidente Dilma Rousseff. Na sua Mensagem Presidencial, consolidada no documento Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (Brasil, 2011), o Plano Mais Brasil, são apresentados Programas nos quais estão contidos os desafios e os compromissos de governo para o futuro imediato: 2012-2015. Fica estabelecido neste documento que a PEB está orientada pela conceção de que o país deve assumir um papel crescente no CI, contribuindo para que a comunicação entre polos consolidados e emergentes seja acessível e construtiva, promovendo um multilateralismo inclusivo. Corrobora esta postura afirmando que a opção da PEB em meio às turbulências internacionais continuará sendo a busca pelo multilateralismo nos níveis de governança regional e global ao longo do período do PPA 2012-2015.

Dessa forma, o desafio da PEB, no início do século XXI, é o de buscar condições para entoar a melodia da especificidade do país em harmonia com o mundo. É, no entanto, um desafio para o qual o histórico da PEB, que é uma união das linhas de continuidade com as da inovação, oferece importantes precedentes para a ação bem-sucedida (Lafer, 2000, p. 266).

Não há dúvidas que a PEB é o principal veículo de afirmação do Brasil no mundo. Pelo seu multilateralismo e pelos princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da cooperação internacional, ela procura inseri-lo no contexto regional e mundial. Nas relações bilaterais com os vizinhos e na liderança do processo de integração regional do MERCOSUL, podemos inferir que o país já alcançou o *status* de potência regional (Leal, 2004, p. 271).



Com a iniciativa de criar um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008, e ao se opor à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 2005, o Brasil assumiu a sua hegemonia na região. Essa postura afetou a influência dos Estados Unidos da América (EUA) na América do Sul (AS) e ameaçou as relações entre ambos. Ao mesmo tempo, a PE com a UE e a ligação Sul-Sul por intermédio do fórum IBAS¹ e das relações com a África e a China, contribuem para a sua afirmação como poder global (Varas, 2008, pp. 2-3).

A intervenção brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas reuniões do Grupo dos Vinte (G20) e a busca de um assento permanente no CSNU, evidenciam o interesse do país em se afirmar como grande potência (Cervo, 2008, p. 114).

Os interesses específicos do país estão, mais do que nunca, atrelados aos seus interesses gerais na dinâmica do funcionamento da ordem mundial. É por esta razão que a obra aberta da continuidade na mudança, que caracteriza a diplomacia brasileira, requer um aprofundamento nos foros multilaterais da linha da política externa. Esta se traduz em obter no eixo assimétrico das RI do Brasil um papel na elaboração e aplicação das normas e das pautas de conduta que regem os grandes problemas mundiais, que tradicionalmente as grandes potências buscam avocar e, na medida do possível, exercer com exclusividade (Lafer, 2000, p. 263).

b. A inserção do Brasil no contexto internacional

Como vimos anteriormente, o Brasil tem se tornado um ator internacional cada vez mais relevante. Notadamente, a diplomacia brasileira é considerada um ativo de excelência, instituição fundamental para a projeção externa nacional. Apesar do legado diplomático brasileiro, os primeiros anos do século XXI chamam atenção para a necessidade de robustecer as capacidades de projeção internacional do país (Teixeira Júnior et al., 2010, p. 241).

Nesse sentido, o conceito de inserção envolve três componentes: a negociação diplomática, a política exterior que lhe agrega valores e interesses nacionais e o movimento dos atores não-governamentais, que agem externamente em busca de interesses específicos (Cervo, 2012, p. 9).

No caso do Brasil, a inserção internacional se caracteriza num dos temas mais

¹ IBAS: Índia, Brasil e África do Sul. Estabelecido em junho de 2003, quando foi emitido o primeiro documento do Grupo, a “Declaração de Brasília”, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes (Brasil, 2014b), sendo também conhecido por G3.



controversos, capaz de despertar o interesse dos maiores e melhores estudiosos. Os debates sobre tal inserção não deverão estar dissociados de uma questão identitária: a edificação de um projeto nacional para o Brasil. A inserção internacional a que se alude não corresponde, portanto, a uma razão de Estado burocrática, mas, antes, aos reais propósitos nacionais, reclamados e respaldados pela sociedade (Lopes et al., 2004, p. 318).

Nas últimas duas décadas, o Brasil jogou um papel-chave na política, na diplomacia e na economia, e agora, nas esferas de segurança e defesa (S&D) da AS. Este é um processo que envolve custos e riscos, e requer, por isso, cautela. Por suas dimensões territoriais e económicas, o Brasil desperta natural incómodo entre seus vizinhos. Na medida em que faz da integração regional da AS um fator importante de sua estratégia, a institucionalização do espaço sul-americano representa fator relevante para atenuar desconfianças e falta de entendimentos e proporcionar ambiente favorável à integração e à resolução pacífica de conflitos (Brigagão et al., 2009, p. 77).

O Brasil não sendo ainda uma grande potência internacional, demonstra possuir uma eficaz política externa. É através dela e do seu multilateralismo, apoiados na capacidade económica que detém atualmente, que procura legitimar o seu papel nas esferas políticas e de segurança regionais e mundiais (Cervo, 2008, p. 114).

Paralelamente às incertezas quanto aos rumos do multilateralismo universalista, o final da primeira década do século XXI também sedimentou a centralidade adquirida nos debates políticos, nos Media e nas análises académicas, por duas dimensões da realidade internacional contemporânea. Em primeiro lugar, a relevância conferida à categoria do BRICS², “países intermediários” ou “potências emergentes” na hierarquia do Sistema Internacional (SI). Em segundo lugar, o reconhecimento do G20 financeiro como foro privilegiado de interlocução das principais economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento nos marcos da crise financeira que eclodiu ao fim de 2008 (IPEA, 2010, p. 159).

Para o Brasil, sua inserção nas arenas económicas globais, seu papel protagonista em negociações como as da Rodada Doha e sua inclusão em foros restritos como o G20 trazem desafios significativos à sua atuação multilateral (IPEA, 2010, p. 175).

Sendo assim, o Brasil aumenta progressivamente sua influência internacional, adquire *status* de potência regional e, além de ser considerado *global player*, quer atuar

² Agrupamento formado pelos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brasil, 2013a).



hoje como *global actor* no tabuleiro das principais decisões mundiais (Brigagão et al., 2009, p. 78).

No âmbito da aproximação Sul-Sul, ênfase especial vem sendo dada pelo Brasil às ex-colónias portuguesas, em especial por meio da CPLP, podendo servir, embora não seja essa a intenção, para a projeção ulterior de empresas brasileiras no continente africano (Almeida, 2009, p. 16).

Outra vertente de inserção do Brasil no CI é, além da autossuficiência, o seu protagonismo no setor energético. Segundo Almeida (2009, pp. 20-21), o Brasil poderá exercer papel positivo na futura governança da matriz energética que deverá emergir a partir da lenta decadência das fontes fósseis e da, ainda mais lenta, emergência de fontes renováveis de combustíveis (entre elas o etanol e diversas formas de biodiesel). O país está aparentemente bem dotado para isso. Todavia, as escolhas políticas, económicas e tecnológicas precisariam ser feitas no plano interno, em perfeita sintonia com tendências que possam ser detetadas nos mercados internacionais neste mesmo momento.

Diante do exposto, devemos concordar com Brigagão et al. (2009, p. 81), segundo o qual a inserção internacional do Brasil deverá prosseguir como política de Estado. Iniciativas globais como o G20, o conglomerado IBAS, a concertação ainda não frutífera do CSNU, as boas relações com os EUA e a PE com a Europa – primordialmente por meio de Portugal –, são inserções que despertam o país inteiro na expectativa de colher os frutos da internacionalização e dar ao Brasil seu peso estratégico devido.



2. Política Externa Portuguesa

O presente capítulo tem por objetivo abordar as principais características da PEP, focando-se, principalmente, nos aspetos que norteiam essa Política no século XXI e na forma como Portugal tem buscado uma inserção mais efetiva no CI.

a. A Política Externa Portuguesa no século XXI

Portugal apresenta características marcantes que proporcionam o delineamento de uma política externa peculiar e consolidada, pois se caracteriza num país antigo e com uma presença e imagem internacionais amplamente reconhecíveis e reconhecidas (Cravinho, 2012, p. 162). Ademais, trata-se de um país europeu, atlântico, podendo ainda ser descrito como uma pequena potência semiperiférica entre “a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima” (Teixeira, 2010, p. 51).

De qualquer forma, o país tem suas bases inseridas em importantes instituições internacionais. Bons exemplos são: a UE; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a CPLP; e a Comunidade Ibero-Americana (Cravinho, 2012, p. 162). No plano multilateral, importa mencionar ainda a estreita colaboração do país com a ONU, exercendo o mesmo espírito de garantia da paz, de estabilidade e de desenvolvimento sustentável num mundo em crescente processo de globalização, característico do século XXI (Pereira, 2006, p. 134).

Nesse sentido, importa referir que muito embora a democratização do país, a partir de 1974, exigisse alterações urgentes, assim como a integração europeia indicasse uma tônica particular, a PEP não deixou de contemplar outras áreas do globo (Fonseca, 2010, p. 49).

O caso de Portugal, que não pode impor as suas preferências pela força ou pelo seu peso, tem de saber reconhecer a diversidade com que precisa de conviver no mundo atual, o que não acontecerá com dogmas simplistas. O aumento da intensidade do relacionamento internacional de Portugal ao longo dos últimos anos permitiu divulgar, de forma mais ampla, as “potencialidades da sua vocação para a construção de pontes”, dentre elas com o Brasil, encorajando a participação, procurando o diálogo e a promoção de consenso nas questões internacionais. Tudo isto corresponde não apenas a um conceito de boa cidadania internacional, mas antes, e sobretudo, ao próprio interesse nacional (Cravinho, 2012, p. 163), corroborando aspetos de PE abordados no Apêndice 1. “A promoção de soluções para problemas de governação internacional, a promoção de reflexos e práticas de multilateralismo, e a promoção da própria presença no seio das deliberações internacionais,



é aquilo que mais interessa a um país que precisa de regras para obter garantias na sua vivência internacional” (Cravinho, 2012, p. 163).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio e buscando amparo num documento de Governo, o Programa do XIX Governo Constitucional de Portugal (Portugal, 2011, p. 108) afirma que a PEP “deve alicerçar-se em relações multilaterais – objetivo que não prejudica a intensificação das relações bilaterais – com as potências regionais e os países emergentes”, o que valida uma PE com o Brasil, por exemplo.

De acordo com Cravinho (2012, p. 163), a postura necessária para Portugal enfrentar os desafios contemporâneos da sua política externa deve estar voltada para a dedicação ao desenvolvimento e à consolidação de novas linhas de relacionamento, nas mais variadas esferas, com os principais novos polos de poder que hoje se afirmam. Deve-se, portanto, dedicar maior atenção à consolidação de relações estáveis e estruturadas com os chamados países emergentes, começando pelo Brasil.

Na análise da evolução da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) em relação à PEP, importa mencionar a relevância que tem sido conferida às relações da UE com os países da AS, por um lado, e com os Estados africanos, por outro, o que corresponde de forma similar a interesses próprios que ligam Portugal, por razões históricas e outras, a ambas aquelas grandes regiões. A presença da Espanha na UE intensificou os laços europeus com a América Latina, todavia têm-se multiplicado também por parte de Portugal notórios incentivos voltados para essa direção. Exemplos dessa situação são as negociações em curso pela UE com os países do MERCOSUL, possuindo várias iniciativas portuguesas – por vezes em conjugação com a Espanha e com o Brasil – com o intuito de ajudar a aproximar as posições de ambas as partes e facilitar, assim, uma conclusão satisfatória do processo. Por outro lado, não se pode esquecer a importância e visualização positiva que os parceiros latino-americanos conferem à presença, na UE, dos dois países europeus pertencentes ao processo das Cimeiras Ibero-americanas³ (Pereira, 2006, pp. 137-138).

Por estar no atual momento totalmente arraigado à UE, a importância de Portugal na política externa desta instituição dependerá em grande parte da relevância do país fora do âmbito da UE. Sendo assim, Portugal precisa adaptar-se às diversas transformações a nível mundial, particularmente a rápida ascensão dos chamados países emergentes. De

³ Criada em 1991, a Cimeira Ibero-Americana reúne anualmente os Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos com o objetivo de promover a cooperação e o desenvolvimento entre os seus membros (Observatório da Língua Portuguesa, 2014).



forma simplista, o desafio de Portugal consiste em identificar a maneira de potenciar a sua capacidade competitiva e a maneira de tirar proveito da sua capacidade de geração de espaços e oportunidades de colaboração internacional (Cravinho, 2012, p. 162).

De maneira geral, a PEP deve incorporar três posturas básicas a fim de enfrentar os desafios da atualidade: manter as suas bases assentadas em mecanismos internacionais de estabilidade e de segurança; priorizar os pontos que diferenciam Portugal dos seus parceiros mais próximos, particularmente os europeus; e desenvolver novos vetores de relacionamento (políticos, culturais, económicos, militares, científicos, entre outros) com regiões mundiais que se encontram em franca e acelerada mutação, nomeadamente os países emergentes (Cravinho, 2012, p. 162). Nesse último caso, é natural que o Brasil seja um dos principais parceiros para o desenvolvimento e aprofundamento de tais vetores.

As relações transatlânticas, o processo de integração europeia e o relacionamento com os países lusófonos – e de maneira especial com o Brasil – devem permanecer como alicerces da PEP para este início de século (Cravinho, 2012, p. 163).

Nesse âmbito, há que se ressaltar o importante papel que o Brasil assume na PEP e que será analisado com maior profundidade nos capítulos posteriores.

b. A inserção de Portugal no contexto internacional

De acordo com Teixeira (2010, pp. 51-54), Portugal apresenta, historicamente, três modelos de inserção internacional, correspondendo também a três momentos históricos diferentes: o do Portugal medieval, até o século XV; o clássico ou histórico, do século XV até o período de democratização (1974-1986); e o democrático, a partir do período de 1974-1986 até os dias atuais.

O atual modelo de inserção internacional português mantém as áreas de interesse estratégico do país: a Europa, o Atlântico e as relações pós-coloniais. Importa destacar que hoje a Europa e o Atlântico além de termos contraditórios são também complementares, com relevante destaque para o Atlântico Sul – onde se desenvolvem as relações pós-coloniais – e para a projeção do país como membro da UE. Outra característica importante do modelo democrático é a aproximação das posições internacionais de Portugal e Espanha, partilhando de interesses domésticos ibéricos e de alianças extrapeninsulares, como a UE e a OTAN. Cabe ainda destacar que ao antigo triângulo bilateral Lisboa-Madrid-potência marítima junta-se, atualmente, um novo triângulo multilateral, que corresponde à presença de Portugal nas organizações internacionais (OI) das suas áreas de interesse estratégico: a UE na Europa; a OTAN no Atlântico; e a CPLP para as relações



pós-coloniais (Teixeira, 2010, p. 55).

Todavia, há um elemento novo que caracteriza o modelo democrático de inserção internacional: uma política externa de valores, promovendo a paz e os direitos humanos (Teixeira, 2010, p. 55). É neste âmbito que se realça a importância da inserção de Portugal na UE e a sua participação em operações de manutenção da paz, sob a égide desta, da OTAN ou da ONU (Palma, 2013, p. 20). Podemos inferir, portanto, que o modelo democrático de inserção internacional não só não ignora como assume o seu quadro de valores, que no caso de Portugal são os da democracia, do Estado de direito e da segurança humana (Teixeira, 2010, p. 56).

É de fundamental importância que Portugal seja visto como um importante ativo para a promoção de relações de cooperação com outras instâncias no seio das organizações a que pertence. Um dos papéis a ser desempenhado é o de catalisador do estreitamento das relações entre a UE e a União Africana, desenvolvendo ferramentas para apoiar a nova arquitetura africana de paz e segurança. Outro destaque internacional por parte de Portugal foi a assinatura do novo conceito estratégico da OTAN, em novembro de 2010, na cidade de Lisboa, marcando um novo rumo para os desígnios da Organização (Cravinho, 2012, p. 162).

Diante desse novo quadro de modelo democrático é que Portugal deverá enfrentar os desafios que se apresentam. O primeiro grande desafio, e que não é uma exclusividade do país, é a superação da crise económica e financeira internacional. Seja pela dependência da evolução económica e dos mercados internacionais, seja pelo fato de ser um membro da zona do euro, essa questão supera o âmbito da política externa e denota a necessidade de reafirmação portuguesa no seio europeu, representando uma fortíssima componente internacional para Portugal (Teixeira, 2010, p. 56).

O segundo desafio respeita à segurança internacional e ao papel da prioridade da contribuição portuguesa para a segurança e a paz no mundo. Nesse aspeto, destaca-se o mecanismo da segurança cooperativa e as participações estratégicas de militares portugueses em missões internacionais, angariando uma presença mais proeminente do país no cenário global (Teixeira, 2010, p. 56).

De acordo com Teixeira (2010, p. 57), o terceiro desafio global é o da estabilidade e reforço do vínculo transatlântico. Nesse âmbito, interessa a Portugal valorizar a dupla pertença: fazer valer a sua condição de país europeu na relação com os EUA e rentabilizar a sua relação transatlântica enquanto membro da UE, como já referido anteriormente.

O quarto desafio no atual modelo de inserção internacional são as relações pós-



coloniais. Tais relações “devem desenvolver-se como um mecanismo de compensação e num quadro de complementaridade com as prioridades europeia e atlântica” (Teixeira, 2010, p. 59). No plano bilateral, o interesse estratégico de Portugal recai no incremento das relações com os países lusófonos. Basicamente no campo das relações económicas, a prioridade deve dirigir-se para os países cujas economias constituam um fator de modernização para a economia portuguesa, ganhando importância nesse contexto o Brasil. No plano multilateral, o interesse português é de alargamento das áreas de intervenção da CPLP, para além da língua e da cultura, às esferas da economia e da segurança, tornando a Comunidade um instrumento mais ativo e credível no CI (Teixeira, 2010, p. 59).

O último desafio diz respeito aos valores. Um ótimo exemplo desse aspeto foi a grande vitória da PEP na questão do Timor Leste, assente numa diplomacia de valores. Na escolha dos seus parceiros estratégicos, sobretudo no vetor económico, o país não pode abandonar os valores. O equilíbrio entre os interesses e os valores constitui um último desafio para a PEP (Teixeira, 2010, pp. 59-60). Parece-nos aqui que, mais uma vez, o Brasil torna-se o parceiro natural de Portugal, pois comunga de valores muito semelhantes aos professados pelo país ibérico.

Cabe ressaltar que em diversas partes do mundo há uma predisposição favorável em relação a Portugal. A dificuldade encontrada se baseia na identificação de instrumentos e vetores nacionais que permitam o país desfrutar desse potencial. A insuficiência da classe empresarial é uma limitação que pode ser trabalhada, pois mesmo com tais restrições Portugal encontra em África, na Ásia ou nas Américas grande receptividade, em geral por se tratar de um país europeu de algum modo diferente, que compreende alguma coisa sobre a perspetiva dos outros (Cravinho, 2012, p. 163).

Em síntese, diante dos novos desafios de inserção internacional, Portugal tem aprofundado as suas bases nas organizações estáveis e maduras a que pertence, tem rentabilizado para o século XXI o seu próprio legado histórico e tem desenvolvido e consolidado relações sólidas com os poderes emergentes (Cravinho, 2012, p. 163), dentre os quais podemos destacar o Brasil.



3. Canais de diálogo e possíveis vetores de parceria entre Brasil e Portugal

O presente capítulo tem por objetivo abordar os principais canais de diálogo e os possíveis vetores de PE entre Brasil e Portugal, focando-se, principalmente, nos aspetos que norteiam essa aproximação no século XXI e que possam potenciar a inserção mais efetiva dos dois países no CI.

Inicialmente, importa referir que além do canal bilateral, as relações luso-brasileiras estão inseridas num contexto de complementaridade entre o vetor atlantista e o vetor europeísta. De fato, a complementaridade entre estes vetores pode ser constatada no estabelecimento, em 1991, do Acordo-Quadro de Cooperação entre Brasil e Portugal, que enfatizava a intensificação da aproximação no âmbito bilateral e dos diversos organismos regionais e multilaterais nos quais os dois países estavam integrados (Cervo et al., 2000, pp. 333-334).

Nesse mesmo sentido, porém mais recentemente, no ano de 2000, foi assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil (TACC), que procura afirmar a consciência de ambas as partes do “amplo campo de convergência de objetivos [sic] e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e económicos” (Portugal, 2000, p. 7172). Este Tratado veio a revogar o citado anteriormente.

Dessa forma, podemos constatar que a ponte que viabiliza a aproximação entre os dois países está construída, contudo carente de um fluxo mais contínuo e efetivo de realizações que permitam alçar Brasil e Portugal a um patamar mais elevado no CI, o qual procuraremos caracterizar a partir de agora.

É bem verdade que Brasil e Portugal dispõem de vários canais de diálogo, conforme destaca Patrício (2008): “para além do canal bilateral, a CPLP (que interessa a ambos), as Cimeiras Ibero-americanas, as Cimeiras UE-América Latina e Caribe e o quadro inter-regional UE-Mercosul. No momento de crise do multilateralismo, o canal que tem sido privilegiado pela generalidade dos Estados é o bilateral”.

Segundo o Itamaraty, mais de 60 acordos bilaterais foram firmados entre Brasil e Portugal nos últimos 100 anos (Barbosa, 2008, p. 1). Tal situação corrobora a ligação natural e histórica existente entre os dois países e que deveria, numa abordagem mais simplista, traduzir-se em ações concretas e simbióticas, mas que tem encontrado resistências, problemas e, até mesmo, falta de interesse de ambas as partes em



determinadas situações.

Alguns canais de conversação, não necessariamente bilaterais, surgem para diminuir essa distância. Podemos citar, inicialmente, a CPLP. Apesar da sua crescente projeção para dentro e para fora do espaço dos Estados-Membros (Brasil, 2014a), particularmente com o fortalecimento da “política Sul-Sul” brasileira da última década, a importância concedida pelo Brasil à CPLP é proporcional a que a mesma desfruta no CI, ou seja, não é apenas em relação à CPLP como instituição, mas com todos os países que a compõem, a não ser em momentos específicos (Miyamoto, 2009, p. 32).

A CPLP não pode se caracterizar exclusivamente numa panaceia para a política externa de Brasil e Portugal, mas, antes de tudo, deve se apresentar como um instrumento político-diplomático destinado a aproximar os seus Estados-Membros e forjar parcerias, complementando e fortalecendo a ação bilateral (Rosa, 2006, p. 5).

A falta de pragmatismo no cumprimento dos objetivos desse foro multilateral, particularmente no que diz respeito ao vetor económico, é um dos grandes impasses da Organização. Segundo Torres et al. (2001, p. 110), “o pior inimigo da CPLP é ela própria, isto é, pensar, por um lado, que este espaço pode ser ‘reservado’, ao ‘abrigo’ do resto do mundo e, por outro, ambicionar alcançar metas inatingíveis no domínio económico”.

Nesse sentido, o vetor económico assume importante papel para permitir a conjugação de esforços entre Brasil e Portugal, não somente visando a apoiar o desenvolvimento económico dos demais países constituintes da CPLP, mas também com o intuito de obter maior penetração no continente africano, tendo como porta de entrada grande parte desses países apoiados.

Importa referir que a CPLP foi concebida, em 1996, assente em três pilares fundamentais: a concertação político-diplomática; a cooperação; e a promoção e difusão da língua portuguesa. A partir do início da década passada, outros dois pilares começaram a ganhar importância: a promoção da cooperação económica e comercial, por um lado; e, por outro, a cidadania e circulação de pessoas no universo geográfico da Comunidade (Gala, 2002, p. 19).

Outro vetor que deveria entrar verdadeiramente na pauta de assuntos da CPLP é o que respeita à defesa e ao controle das águas do Atlântico, particularmente na sua porção Sul.

No caso brasileiro, o Atlântico Sul é uma área onde estão as maiores reservas de petróleo e gás e com grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais (Brasil, 2013d, p. 5), caracterizando-se, portanto, em possível alvo de pirataria (Corrêa,



2014, p. 32). Corroborando esta ideia, podemos afirmar que ao se analisarem os segmentos marítimos brasileiros e suas projeções, observa-se que o Brasil tem forte vinculação com o mar, com aspetos tanto políticos quanto económicos, o que o leva a exercer uma natural influência sobre o Atlântico Sul, que se constitui em uma das importantes áreas do entorno geopolítico imediato brasileiro⁴. A forte dependência do tráfego marítimo para as atividades de comércio exterior constitui relevante desafio para a defesa (Brasil, 2013c, p. 21).

Para além da possibilidade de formação do triângulo estratégico do Atlântico Sul, constituído por Brasil, África do Sul e Angola (Freixo, 2002), seria de fundamental importância a participação de Portugal nesse processo. Em primeiro lugar, pelos seus próprios interesses na região, que é um prolongamento do seu domínio marítimo, e, não menos importante, pela possibilidade de estar mais “próximo” da África e do Brasil. Alguns fatores são favoráveis para tal intento, como a histórica vocação marítima portuguesa e a sua extensa plataforma continental.

O atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) português prescreve o seguinte:

“As duas margens do Atlântico Sul têm sido alvo de intensa procura de energia, minérios e produtos alimentares, o que sublinha a sua relevância geoeconómica. As reservas do Golfo da Guiné e de Angola e as jazidas de petróleo e gás no *offshore* do Brasil representam um contrapeso aos centros tradicionais de poder no sistema energético internacional. O Atlântico, para além de ser uma plataforma capital para o fluxo das matérias-primas e da energia, ficará ainda mais valorizado por ser um oceano aberto. A importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países costeiros do Norte e do Sul para garantir a sua segurança comum”. (Portugal, 2013, p. 14)

Nesse contexto, uma forma inteligente de conjugação de esforços, permitindo uma aproximação entre Brasil e Portugal, é a constituição de uma espécie de frota marítima única da CPLP (Moreira, 2014) para proteção e vigilância do Atlântico Sul. Não há dúvidas que a pirataria é uma séria ameaça à segurança, afetando rotas de grande importância para o comércio internacional. Sendo assim e conforme define o CEDN (Portugal, 2013, p. 34), Portugal tem a opção de incrementar a sua participação em missões de combate à pirataria, cooperando com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente

⁴ O entorno geopolítico imediato brasileiro é constituído pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pela costa ocidental da África (Brasil, 2013c, p. 16).



no âmbito do Acordo de Defesa da CPLP, para desenvolver ações de segurança marítima e de combate a esta ameaça.

O professor Adriano Moreira sugere ainda que Portugal vire-se para a CPLP e para o mar, consubstanciado na plataforma continental e assente no Conceito Estratégico Nacional. Na análise destas potencialidades, caberia a Portugal explorar a ligação marítima entre o Atlântico Norte e Sul, considerando que a posição marítima da maioria dos países lusófonos é costeira. Importa referir que estas possibilidades não são alheias a ameaças, sendo estas materializadas por Espanha e UE, no que ao mar diz respeito (Moreira, 2014).

Nessa mesma linha de raciocínio, Portugal poderia “estabelecer parcerias estratégicas de segurança com os países da CPLP, abertas a iniciativas conjuntas no domínio da segurança e da defesa, nomeadamente o combate à criminalidade organizada, à cibercriminalidade e à segurança das rotas navais” (Portugal, 2013, p. 35). Podemos deduzir, então, que o Brasil seria o principal parceiro estratégico de Portugal nessa empreitada marítima securitária.

Nas palavras do professor Adriano Moreira (2013), a segurança do Atlântico Sul e do transporte marítimo encontra-se num momento de importância crescente. Diante deste quadro, a CPLP não dispõe de Estados-Membros que por si só tenham condições de assumir a hegemonia do Atlântico Sul, uma vez que a maioria deles é pobre, em vias de desenvolvimento ou atravessando graves crises. Talvez seja hora do Brasil começar a olhar para a CPLP como uma janela de liberdade, rumo à liderança do Atlântico Sul sob a bandeira da CPLP (Moreira, 2013). Importa destacar a importância de Portugal neste processo, de forma a atribuir peso, experiência e influência no quadro apresentado.

De acordo com a Doutora Sónia Melo e Castro, do MNE de Portugal, a parceria no âmbito da defesa encontra-se arrefecida, no entanto em 2013 foram realizadas algumas consultas. A retomada dessa questão seria excelente para Portugal e uma ótima oportunidade de troca de experiências (Anexo A) (Castro, 2014).

Para a Doutora Cláudia Bicho, do MDN, os principais canais de diálogo entre Portugal e Brasil no que tange à defesa passam pelas visitas ministeriais, que têm decorrido com alguma regularidade, quer no Brasil quer em Portugal; pelas Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa entre os respetivos Ministérios, entre a DGPDN de Portugal e a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) do Ministério da Defesa (MD) do Brasil; pelas conversações entre o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) de Portugal e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) do Brasil; e pelas Conversações Formais entre os Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea dos dois



países (Anexo B) (Bicho, 2014).

No Anexo B são apresentados os principais instrumentos jurídicos bilaterais referentes à Defesa existentes entre Brasil e Portugal e que vêm a formalizar e reforçar o canal diálogo aberto nesse âmbito entre os dois países.

A Doutora Cláudia Bicho acrescenta que o diálogo militar regular entre os dois países é importante. Todavia, há necessidade de uma análise mais integradora dos objetivos e dos resultados, no sentido de se verificar se o caminho que está sendo proposto a seguir é o mais adequado ou não. É preciso ainda mais conhecimento e mais organização do que se deseja fazer, vindo a potenciar a complementaridade já existente. A Doutora afirma que as reuniões entre os Ramos congêneres dos dois países têm vindo a ser mais assíduas do que as de Defesa (Anexo B) (Bicho, 2014). Importa destacar, que constam do Anexo B algumas reuniões ministeriais mais relevantes concretizadas.

Voltando à questão da CPLP, faz-se necessário compreender que ela não se constitui apenas num conjunto de países que comungam do mesmo idioma, todavia a língua portuguesa nesse âmbito é sim muito importante e não só pelo aspeto cultural. Segundo Freixo (2002), “a política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da ‘herança cultural comum’ – atende a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas mundiais (...)”. No entanto, há algumas feridas não cicatrizadas, heranças do colonialismo português, que contribuem para a falta de efetividade e interesse por parte dos demais países constituintes da CPLP (Freixo, 2002).

Importa referir que “a Língua Portuguesa é hoje a quinta mais falada no mundo, o terceiro idioma europeu (depois do inglês e do espanhol) usado fora do Velho Continente e, finalmente, a nona língua na *internet*, sendo, portanto, identificada como um valioso património cultural, político e até económico” (Moreira, 2010, p. 61).

Segundo Gala (2002, p. 24), o idioma português já se faz presente em diversas OI, entre as quais a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Outras oportunidades se abrem com a demanda crescente, mas que pode ainda ser estimulada, pelo ensino do português no exterior. Em suma, a língua portuguesa passa a ser um produto de exportação que deve acompanhar a expansão da presença política, empresarial e económica brasileira (Gala, 2002, p. 25) e porque não dizer portuguesa.

É possível que o grande foco dos dois países nesse assunto seja a expansão da língua portuguesa de tal maneira que consiga estar presente com maior efetividade em



órgãos de decisão mundial, como a ONU por exemplo, e, dessa forma, se projetarem no CI por meio do idioma.

Todavia, a questão da lusofonia, tão presente nas pautas da CPLP, parece estar muito mais ligada ao discurso português, uma vez que não tem alcançado o mesmo grau de importância no Brasil e nos demais países de língua portuguesa. Tal fato se deve fundamentalmente à mitologia política sobre a qual ela foi construída, que é essencialmente lusitana, não tendo tanto significado para os demais Estados-Membros. E, em grande parte, esta é a razão – somada aos aspetos políticos e económicos – para que a CPLP ainda não tenha se consolidado quase duas décadas após a sua criação oficial (Freixo, 2010, p. 74).

Outra parceira que merece destaque e aprofundamento respeita à educação. Para a Doutora Melo e Castro, a constituição de massa crítica de conhecimento e em língua portuguesa com competências científicas e tecnológicas seria de fundamental importância para projeção dos dois países. Algumas ações nessa área têm sido importantes, como por exemplo a promoção da mobilidade de estudantes. No entanto, alguns óbices têm sido encontrados. O primeiro deles diz respeito ao reconhecimento de graus e títulos académicos de ambas as partes, mas em maior escala por parte do lado brasileiro. O segundo caso diz respeito ao Programa Ciências Sem Fronteiras do Governo Brasileiro, que cancelou a participação de Portugal como país anfitrião por considerar que não haveria “acréscimo” aos estudantes brasileiros em termos de aprendizado e/ou aperfeiçoamento de idioma estrangeiro (Anexo A) (Castro, 2014). É preciso, portanto, aparar estas arestas, visando uma integração mais pragmática entre os dois países.

Outro caminho importante para canalizar o diálogo entre Brasil e Portugal é aquele trilhado pelas Cimeiras Ibero-americanas. Este fórum apresenta periodicidade anual e uma gama diversificada de programas (IC, 2014), destacando-se aqueles pertencentes às áreas cultural, económica e social.

Por meio da Cimeira Ibero-americana seria possível atrair o interesse de Brasil e Portugal para participarem, de forma bilateral, fortalecendo os projetos já existentes e outros que poderiam ser concebidos. Passam-se a citar alguns programas que poderiam ser potenciados no sentido de ambos os países se projetarem no CI: na área cultural, o IBERMUSEOS (voltado para a vitalização e desenvolvimento de Museus) e o IBEMEDIA (voltado para o apoio à indústria audiovisual); na área social, o Programa de Formação em Gestão de Recursos Hídricos e o Programa da Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP), que visa, dentre outros aspetos, fortalecer a



governabilidade democrática Ibero-americana; e na área económica, o Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e o Programa Ibero-americano de Inovação (IC, 2014).

Podemos inferir que muitos dos programas supracitados coincidem com possíveis vetores de PE entre Brasil e Portugal (cultural, tecnológico, político, social e económico), devendo, portanto, ser valorizados, trabalhados e direcionados para beneficiar não apenas o vetor multilateral, mas também o canal bilateral.

Outro caminho de aproximação voltado para maior inserção internacional de Brasil e Portugal é percorrido por intermédio dos principais blocos regionais nos quais cada país se insere. No caso do Brasil, o MERCOSUL, e no caso de Portugal, a UE.

No quadro das longas relações comunitárias entre a Europa e a América Latina e seus diversos *fora* de debate, discussão, troca de ideias e assinatura de acordos comerciais, surge a Cimeira anual ALC-UE (Patrício, 2009, pp. 72-73).

Este Encontro poderia também se constituir num importante canal de diálogo entre Brasil e Portugal e na projeção de ambos na cena mundial. Todavia, a evolução do perfil internacional do Brasil ao longo dos últimos anos, somado ao cansaço da receita de diálogo empregue pela UE com a América Latina-Caribe (a assimetria entre os processos de integração, o desnível das correntes de comércio, a heterogeneidade política e económica dos atores latino-americanos) e do estancamento das negociações com o MERCOSUL, levaram a UE a abandonar o seu modelo de cooperação com a região (Lessa, 2009, p. 103). Dessa forma, “ao final de 2005, a União Europeia decidiu, na reavaliação do conjunto das suas relações com a América Latina, passar a privilegiar o Brasil como país-chave da região” (Lessa, 2009, p. 103).

De cunho eminentemente económico, as ligações da UE com o Brasil foram elevadas ao patamar de PE, procurando-se seguir o modelo já adotado nas relações de Bruxelas com países de peso como EUA, Canadá, Japão, Rússia, China e Índia (Silva, 2011, pp. 7-9). Para as relações serem projetadas a este nível, o apoio de Portugal foi de grande importância, tendo sido a Presidência portuguesa do Conselho de 2007 a grande patrocinadora da parceria com o Brasil, vencendo todos os entraves encontrados nos processos de negociações. De forma estratégica, a ascensão brasileira no CI e na prioridade de interesses da UE é o mesmo que elevar a posição de Portugal e da língua portuguesa na Europa e no mundo (Silva, 2011, p. 9).

Nessa mesma linha de ligações económicas e comerciais, surge o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação UE-MERCOSUL, assinado em 1995, em Madrid, pela UE e



seus Estados-Membros e o MERCOSUL e seus Estados-Partes (Saraiva, 2009, p. 71), mas cujas negociações só tiveram início de fato em 1999 (Saraiva, 2009, p. 85).

Um dos grandes impasses desta Cooperação é a implementação do acordo de livre comércio entre a UE e o MERCOSUL. As negociações iniciaram-se em 2000 e foram interrompidas em 2006 por falta de qualquer tipo de avanço, tendo voltado à pauta em 2013. “Havia, no entanto, uma dúvida entre os negociadores brasileiros se seria possível fechar uma proposta conjunta do MERCOSUL em função das dificuldades enfrentadas pela Argentina. Desde então, o Brasil tenta costurar com Buenos Aires a harmonização de uma proposta a ser levada aos europeus” (Veríssimo, 2014).

De acordo com a embaixadora da UE no Brasil, Ana Paula Zacarias, “as trocas de ‘ofertas complexas’ para um acordo de livre comércio entre o bloco europeu e os parceiros do MERCOSUL devem ocorrer entre fim de maio e início de junho, antes do início da Copa do Mundo” (Zero Hora, 2014). Ainda segundo a Embaixadora, trata-se de uma oferta conjunta dos Estados-Membros do MERCOSUL, havendo interesses políticos e económicos (Zero Hora, 2014). A estimativa de Bruxelas é que o acordo UE-MERCOSUL crie uma zona de livre comércio de 59 milhões de euros e aumente em 12 por cento as exportações brasileiras para o bloco europeu (Bizzotto, 2013).

Parece-nos que a efetivação do acordo supracitado poderia criar dividendos não só para o Brasil, mas também para Portugal. Todavia, a importância normalmente atribuída ao papel de Portugal e do Brasil no Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação UE-MERCOSUL aparenta uma certa hipocrisia, pois o único interesse do Brasil, ao que tudo indica, seria estabelecer um relacionamento próximo com a UE, seguindo os preceitos da diversificação de parcerias constantes da atual PEB (Patrício, 2008). Na altura em que o Brasil atingiu tal intento, a relevância de Portugal parece ter perdido valor (Patrício, 2008).

Nesse mesmo sentido, Patrício (2008) afirma que a partir do momento que o Brasil negocia o seu próprio acordo com a UE, passa a descuidar-se em relação ao MERCOSUL, fato que poderá influenciar no decréscimo e/ou descrédito da sua liderança regional. Sendo assim, deve ser incentivada a parceria UE-MERCOSUL e não a parceria Brasil-UE, como forma de vencer o impasse vigente nas negociações UE-MERCOSUL desde 2004 (Patrício, 2008) e que parece ter encontrado caminho para a solução somente agora, em 2014, conforme referido anteriormente.

É evidente que há maneiras do Brasil sair ganhando, na qualidade de líder natural do MERCOSUL, assim como Portugal também ser beneficiado em função da sua influência na UE, bem como pela forte ligação com o Estado brasileiro. Todavia, os



ganhos não podem ser apenas económicos, mas sim extrapolar para outros campos, como o tecnológico e militar, somando esforços e projetando Brasil e Portugal além das fronteiras dos seus principais blocos regionais. No entanto, no atual cenário mundial, o que se verifica é que o Brasil é muito mais um *strategic partner* da UE do que de Portugal.

Para a Doutora Melo e Castro, Portugal pode servir como plataforma para a promoção dos interesses de países da América Latina na UE, bem como o Brasil pode servir de plataforma para a promoção de interesses de Portugal em organizações regionais como o MERCOSUL. Um bom exemplo foi a intermediação de Portugal junto à UE para apoio à candidatura de um brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da OMC (Anexo A) (Castro, 2014).

Um exemplo cabal da importância dos dois países nesse quadro de ligação inter-regional é o empenho para viabilização do projeto de comunicação entre Brasil e Europa por meio de um cabo submarino de fibra ótica como uma questão estratégica e de segurança e conforme foi anunciado pela Presidente Dilma Rousseff, na 7ª Cúpula Brasil-UE, em Bruxelas, no dia 24 de fevereiro de 2014 (Eichenberg, 2014). “O projeto prevê a instalação de um cabo entre Fortaleza e Lisboa, que serviria para reduzir a dependência das ligações feitas por meio dos EUA e para se defender das práticas de espionagem americanas, recentemente denunciadas, que envolveram o Brasil” (Eichenberg, 2014).

Segundo a Doutora Melo e Castro, há ainda espaço para aprofundamento tanto nas relações bilaterais como na vertente multilateral, através de discussões internacionais e regionais e reforçando a conexão Portugal-Brasil e Europa-América Latina. Numa lógica de *win-win*, sairiam ganhando os dois países com diversos benefícios ainda possíveis de serem explorados (Anexo A) (Castro, 2014).

Dessa forma, mais uma vez, solidifica-se a ponte entre Brasil e Portugal, reforçando a importância dos dois países nos cenários regionais e no contexto internacional.

De acordo com a Doutora Melo e Castro, um dos mais importantes canais de diálogo na atualidade é a Cimeira anual Portugal-Brasil (presidida pelos chefes dos respectivos executivos), regulada pelo TACC, já citado anteriormente. A última Cimeira foi realizada em Portugal, em junho de 2013, e neste ano deve ser realizada no Brasil. Com estas Cimeiras busca-se fomentar as relações de amizade e cooperação entre os dois países. A preparação para elas por si só constitui-se numa mais-valia para ambas as partes, uma vez que a existência de um comité bilateral permanente para tratar de assuntos no âmbito económico, social, cultural etc., permite “manter acesa” a ligação Portugal-Brasil. Esse comité trabalha no nível setorial, todavia num nível mais elevado (nível



geral) são tratados assuntos de cariz “mais político”. Além disso, ocorrem visitas regulares de ministros dos dois países e, eventualmente, visitas dos presidentes ou vice-presidentes (Anexo A) (Castro, 2014).



4. Parceria estratégica entre Brasil e Portugal

O presente capítulo tem por objetivo abordar as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal e, de igual forma, as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.

a. Possíveis áreas de interesse para o Brasil

O Brasil ocupa lugar privilegiado não apenas no âmbito do subcontinente sul-americano, mas também em termos mundiais, apresentando com frequência fortes demandas para ocupar espaços cada vez mais importantes, tanto em termos geográficos, como em termos de projeção política, económica e estratégico-militar (Miyamoto, 2009, p. 23). É nesse sentido que a PE com Portugal pode gerar frutos.

A Europa – e particularmente a UE – representa um grande atrativo para o Brasil. Ao falarmos de Europa é natural que Portugal seja um dos primeiros países a ser lembrado pela PEB.

As demonstrações de apoio e empenho por parte de Portugal para formação da PE entre o Brasil e a UE, em 2007, levam-nos a pensar que a diplomacia portuguesa será mais uma vez importante, a fim de dar continuidade às negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE. Dentro das parcerias mercadológicas, a efetivação deste acordo permitiria maior abertura de mercados e interação entre os blocos económicos, sendo vantajoso para ambos os lados.

A CPLP constitui-se em outra área de interesse que precisa ser fortalecida. Para o Embaixador José Pimentel (Pimentel, 2000, p. 19), a CPLP é um valioso instrumento político-diplomático com a função de promover a aproximação entre os seus Estados-Membros e construir parcerias. Ao contrário de substituir a ação bilateral ela a torna mais forte. Além disso, seus objetivos são de longo prazo, as regras são democráticas e está aberta à integração com outros parceiros, sejam eles públicos ou privados, sejam dentro da sua zona de influência ou fora dela.

Apesar de a CPLP não ter surgido com a finalidade de se transformar numa área de livre comércio, ela tem como opção a abertura de fronteiras e o favorecimento do seu espaço para incrementar as relações comerciais e económicas entre os seus integrantes e, dessa forma, cumprir uma das metas estipuladas quando da sua criação, relacionada diretamente com a cooperação económica. Nesse sentido, a diretora-geral da CPLP, Georgina Mello, afirma o seguinte:



“A livre circulação de bens e pessoas pode acontecer mas só a médio ou longo prazo porque são alterações de fundo que implicam um debate complexo sobre a relação de cada país com o seu espaço regional, que tem regras que impedem esta livre circulação, e é complexo pôr os sistemas a falarem uns com os outros. O segredo para o sucesso é criar uma ‘comunidade paralela’ àquela em que cada país está inserido regionalmente, seja Portugal com a União Europeia, seja o Brasil com o Mercosul, por exemplo”. (Mello, 2014)

Diante da afirmação acima é possível pensar na edificação de uma grande comunidade económica mundial por meio da CPLP. Todavia, tudo dependerá do empenho e articulação dos dois principais atores: Brasil e Portugal.

No campo dos assuntos defesa e primordialmente dentro das parcerias militares, emerge a busca de cooperação por parte do Brasil na segurança e defesa do Atlântico Sul. Nesse mister, surge a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁵; todavia esse foro de cooperação Sul-Sul aparece mais como um promotor de acordos e difusor da ideia de cooperação do que um espaço para ação conjunta. Apresenta-se como uma instância de discussões acerca da cooperação no Atlântico Sul e como única estrutura que reúne todos os países dessa região, deixando de exercer o papel de organização de integração regional pela falta de estrutura para tal (Guerra, 2011, p. 75).

Dessa forma, a CPLP parece ser mais uma vez uma alternativa para esse desiderato. Em relação a este assunto e a necessidade de envolvimento dos seus Estados-Membros, Bernardino (2011, p. 51) afirma o que segue:

“A Estratégia da CPLP para os Oceanos baseia-se nas políticas nacionais dos Estados membros [sic] e assenta numa visão comum de união e de partilha, tendo em conta a diversidade de realidades existentes entre os diferentes Estados membros [sic], não só ao nível económico e social, mas também ao nível geográfico. Esta visão comum poderá constituir uma ampla oportunidade para uma cooperação internacional em domínios essenciais para o desenvolvimento sustentável das atividades ligadas ao mar, já que os países da Comunidade se distribuem por vários oceanos em diferentes quadrantes do globo. Na elaboração de uma estratégia dos oceanos é fundamental o tratamento transversal e integrado dos diversos assuntos e actividades [sic], e de acordo com o imperativo da interdependência entre sectores [sic]. A Estratégia da CPLP para os Oceanos baseia-se nos pilares do princípio do

⁵ Estabelecida em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com base em iniciativa brasileira, a ZOPACAS é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benim, Brasil, Cabo Verde, Camarões, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Brasil, 2010).



desenvolvimento sustentável: ambiental, social e económico e procura dar orientações para uma correcta [sic] gestão dos recursos marinhos”.

Verificamos, portanto, que para além da constituição da frota marítima única abordada no capítulo três, a ligação da CPLP com o mar pode funcionar para o Brasil como uma ferramenta capaz de abarcar diversas áreas de interesse, como a económica, a social e a ambiental. A presença de Portugal neste processo seria importante para o Brasil e, sem dúvida, importante também para o futuro da própria Comunidade.

Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira, diante do atual cenário internacional, o Brasil e suas Forças Armadas (FFAA) deverão estar em condições de preservar o território, as linhas de comércio marítimo, as plataformas de petróleo e o espaço aéreo nacionais. Sendo assim, há necessidade de ir ao encontro de parcerias com outros países, no sentido de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa nacionais, com o intuito de suprimir, gradativamente, a dependência da importação (Brasil, 2013b, p. 8).

Brasil e Portugal incorporam-se a parcerias desse tipo por meio, por exemplo, da integração no Projeto da Aeronave KC-390, com participação da Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A. (EMBRAER) e das empresas portuguesas Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (OGMA) e Empresa de Engenharia Aeronáutica, S.A. (EEA). Trata-se da construção do novo avião militar brasileiro para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo. Sob a coordenação da EEA e por meio do Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEIIA), Portugal desenvolverá o projeto de engenharia de três segmentos do avião de transporte militar. Os componentes serão fabricados em Portugal pela OGMA, que também produzirá a fuselagem central da aeronave. Este será o segundo projeto da EMBRAER em Portugal, que já conta com um investimento de 148 milhões de euros em duas fábricas de componentes em Évora (Simões, 2011).

A fórmula de PE acima parece ter obtido êxito e ser de grande importância para a indústria de defesa brasileira. Dessa forma, podemos inferir que o desenvolvimento de outros projetos bilaterais nas áreas científico-tecnológica e de defesa precisam ser estabelecidos com Portugal, não se restringindo apenas ao vetor aéreo, mas abrangendo também os vetores terrestre, naval e quiçá o aeroespacial.

Na visão do Embaixador do Brasil em Portugal, Mário Vilalva, verifica-se atualmente uma significativa interação nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação



(CT&I) entre os dois países. Segundo ele, nos últimos dois anos, cerca de 6 mil estudantes universitários brasileiros matricularam-se em Portugal, principalmente em Engenharia e Biomedicina, vindo a alterar a tendência anterior, em que os cursos de Letras, Filosofia e Direito eram os mais escolhidos (Vilalva, 2014, p. 28).

No âmbito político-diplomático, o Brasil tem demonstrado ao mundo o seu intento de obter um assento permanente no CSNU e Portugal tem surgido como um grande aliado para esta conquista, que se alcançada poderá robustecer ainda mais a presença brasileira no CI. De acordo com a Doutora Melo e Castro, Portugal considera que o atual peso regional e económico do Brasil deve ter reflexos no cenário mundial e, além disso, possuir um membro de língua portuguesa no CSNU favorecerá não só o Brasil, mas todos os países lusófonos (Anexo A) (Castro, 2014).

b. Possíveis áreas de interesse para Portugal

Acreditamos ser redundante repetir algumas áreas já elencadas como de interesse para o Brasil, pois, de forma análoga, são também do interesse português. Sendo assim, vamos nos ater especificamente em outros domínios menos explorados.

Nos campos científico-tecnológico e económico, podemos citar como primeiro grande exemplo de parceria os acordos firmados entre a empresa Petróleo Brasileiro, S.A. (PETROBRAS) e a empresa portuguesa Galp Energia, nomeadamente para produção de biodiesel. A estratégia de suprimento conta com um polo agroindustrial no Brasil para cultivo da palma (dendê). Em Portugal, a unidade de produção localiza-se na refinaria de Sines, sendo que o investimento atende aos critérios de rentabilidade das companhias para além de fortalecer a posição da PETROBRAS como produtora de *green diesel*, permitindo sua presença estratégica no mercado de combustível europeu. Podemos destacar ainda, que o projeto redundará em ganhos ambientais e contribuirá para a diminuição dos efeitos da mudança climática, estando alinhado ao objetivo de concretização da política energética portuguesa e da UE (Brasil Económico, 2010).

Nesse mesmo âmbito, só que agora em relação à exploração de petróleo, destacamos que a PETROBRAS é hoje parceira da Galp Energia em mais de 24 blocos de petróleo no Brasil. No último leilão, realizado em 2013, a Galp ganhou a concessão de mais nove blocos de petróleo. A relação PETROBRAS-Galp é extremamente longínqua e profícua e tem trazido vantagens para ambos os lados. A Galp tem sido parceira nomeadamente no caso da exploração da camada do pré-sal brasileiro, tendo contribuído tecnicamente e por meio de análises económicas (Caria, 2013). Nesse sentido, há espaço



para Portugal aproveitar o *know-how* adquirido na camada do pré-sal e expandir para outros domínios de prospeção de hidrocarbonetos em parceria com o Brasil.

De modo a corroborar a importância do aspeto científico-tecnológico, a Doutora Melo e Castro (Anexo A) (2014) afirma que uma das áreas de maior interesse para Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil é a da CT&I, apresentando grande margem para cooperação mútua. Segundo ela, trata-se de *expertises* que podem ser aproveitadas por ambos os países.

Além disso, no âmbito cultural e da inserção internacional, Portugal aposta na CPLP como mecanismo para afirmação da língua portuguesa no mundo, sendo que a colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, poderia dar massa crítica e visibilidade do que “se faz em língua portuguesa” (Anexo A) (Castro, 2014).

A Doutora Melo e Castro acrescenta que Portugal tem promovido as suas relações com os países da América Latina e pensa que o Brasil poderia contribuir para uma maior aproximação entre a região e a UE, nomeadamente por meio da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), por exemplo (Anexo A) (Castro, 2014).

No que respeita ao domínio da Defesa, segundo a Doutora Cláudia Bicho e atendendo ao histórico de cooperação entre indústrias portuguesas e brasileiras, Portugal tem encorajado a consolidação e identificação de novas oportunidades de aprofundamento do seu relacionamento na área dos produtos da indústria de defesa, destacando-se os setores da construção naval (pelas vocações marítimas, necessidades específicas do Brasil, facilidade do idioma, entre outros), em particular o projeto português de Navio Patrulha Oceânico; da indústria aeronáutica, além da já citada parceria OGMA-EMBRAER; e dos sistemas de comunicações e de tecnologias de materiais (Anexo B) (Bicho, 2014). Como podemos constatar, as possibilidades de parceria militar-tecnológica são inúmeras e merecem ser aprofundadas.

Segundo a Doutora Cláudia Bicho, no campo militar, nomeadamente em relação às Missões de Paz, importa registar o recente contributo brasileiro em três missões de cooperação internacional de paz, sob mandato da ONU, o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Em colaboração destaca-se, ainda, a presença, em 2013, de Oficial brasileiro a bordo do navio-almirante português da Força Naval da UE durante a Operação “Atalanta” nos esforços internacionais de combate a atos de pirataria no mar. Segundo a representante do MDN, a continuação de intercâmbio de oficiais nas



Operações de Paz de OI em que atuam as FFAA dos dois países deverá ser encarada com agrado (Anexo B) (Bicho, 2014). Acrescentamos o estudo da possibilidade de intercâmbios também com tropas constituídas, que viriam a se constituir em troca de experiências muito interessantes para ambas as partes, a exemplo do que já ocorre com o pelotão canadiano e com o pelotão paraguaio incorporados às tropas brasileiras no Haiti.

No campo da defesa, o Atlântico Sul está presente na agenda das RI portuguesa. Segundo Rodrigues et al. (2013, p. 64), as relações de Portugal com África e com o Atlântico Sul nos âmbitos económico e militar compõem um domínio chave da estratégia de projeção internacional de Portugal para o século XXI.



5. Análise de resultados

O presente capítulo tem por objetivo analisar os resultados obtidos no desenvolvimento dos capítulos anteriores, verificando, sob a ótica da política externa e das RI, os contributos sustentados de cada país, Brasil e Portugal, no sentido de desenvolver uma PE tendente a uma presença mais ativa de ambos no CI.

Como forma de melhor compreender as questões que serão apresentadas, o Quadro Resumo de Análise de Resultados constante do Apêndice 3 apresenta de forma sintética os principais aspetos que serão detalhados a partir de agora e condensa os resultados mais relevantes da pesquisa. Para tal, foi utilizado como ponto de partida da análise os ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das PEF, de Matias-Pereira (2010), apresentado no Apêndice 1.

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, cabe apresentarmos algumas considerações adicionais sobre os dois países em pauta, a fim de elucidarmos questões que tenham sido menos trabalhadas ao longo do trabalho.

A primeira grande questão, já colocada em alguns pontos do presente estudo, é a considerável assimetria existente entre os dois países, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), peso geopolítico e inserção internacional, por exemplo, em que os índices brasileiros superam os portugueses nesse momento. Podemos considerar o Brasil uma potência média em franca ascensão e Portugal um pequeno Estado que enfrenta uma grave crise financeira.

Cabe salientar que em relação aos aspetos económicos as assimetrias são de maior envergadura, com agendas e dinâmicas comerciais menos complementares. Investir nos vetores da CT&I e do desenvolvimento da Indústria de Defesa talvez seja um bom caminho.

Para tentar minimizar a questão da assimetria, recorreremos mais uma vez a Matias-Pereira (2010), segundo o qual, num caso de PEF, mesmo diante das diferenças e diversidades entre os aliados, eles buscam a cooperação para modificar esta realidade, pois possuem uma convergência de crenças, valores, pontos de vista e interesse. Acreditamos ser esse o caso de Brasil e Portugal.

Para Sousa (2002, p. 67), somente com um quadro de cooperação, de respeito e de complementaridade é que Brasil e Portugal, tendo como pano de fundo o Atlântico, onde ambos os países se encontraram e nele continuam, física e simbolicamente, pelo espaço e pela língua, e os diversificados espaços regionais em que estão inseridos, poderão reencontrar-se, e hoje como em outros tempos, marcarem de forma decisiva o SI.



O verdadeiro sentimento em relação às alternativas para projeção de Portugal no CI, contando com a cooperação brasileira, pode ser expressa pela afirmação abaixo:

“Se os portugueses quiserem, com vontade política e trabalho económico, conseguirão elevar de novo Portugal acima das suas fronteiras ao centro de toda Ibéria Ocidental, assim se fortalecendo europeicamente para de novo melhor se projectar [sic] pelos oceanos, onde contará com o Brasil, entre outras fundamentais colaborações escolhidas pelos brasileiros e portugueses. Capitais e tecnologia vêm, quando atraídos pela vontade e o trabalho. Muito mais se pode fazer, além dos tratados e acordos convencionais”. (Chacon, 2010, p. 58)

Dentre os possíveis canais de aproximação verificados nos capítulos anteriores, chamamos a atenção para a CPLP, que pode ser enquadrada em praticamente todos os vetores de PEF. De acordo com Migon et al. (2013, p. 44), podemos visualizar um triângulo nessa Comunidade, com Brasil e Portugal ocupando vértices próprios, e os demais países da CPLP, nomeadamente os africanos, posicionados no terceiro vértice. Tal desenho da Organização demonstra que o futuro dela depende em grande escala do grau de harmonia que resultará das relações entre Brasil e Portugal no âmbito da Comunidade, a permitir complementaridade e sinergias em vez de polarizações entre os parceiros comunitários. “É da resolução da ‘equação estratégica’ que deriva das perspetivas e interesses portugueses e brasileiros que será possível construir uma efetiva agenda política e económica, que é a efetiva demanda e interesse dos parceiros africanos” (Migon et al., 2013, p. 44).

Na questão acima, importa referir que no âmbito da CPLP – podendo também ser incluído o Atlântico Sul – a assimetria entre o Brasil e Portugal é ainda maior, pois não se limita apenas a questões económicas, mas também à questão da cultura estratégica, que acaba por envolver a herança colonial. Seria interessante Portugal entender que a cooperação Sul-Sul – *modus operandi* brasileiro de inserção na África e que impulsiona economias em desenvolvimento – não é o mesmo que cooperação norte-sul, sendo esta muito mais “agressiva” e muitas vezes com pouco retorno para o ator “favorecido”.

Uma questão importante de aproximação e que não consta do conceito de PEF de Matias-Pereira (2010) é a que respeita os aspetos socioculturais. Segundo o Embaixador Mário Vilalva, apesar da variedade multirracial na formação da nacionalidade brasileira, a lusofonia é muito forte. Para ele, o brasileiro é o português projetado no tempo e no espaço, razão pela qual o povo português é o maior apreciador do produto cultural brasileiro (Vilalva, 2014, p. 29).



Outra pauta bilateral importante respeita o esforço desenvolvido na difusão conjunta do idioma português e a tentativa de torná-lo uma das línguas oficiais da ONU (Grayley, 2008), questão já exaustivamente trabalhada no capítulo três e de fundamental importância para projeção dos dois países no CI. De forma curiosa, o aspeto cultural, que inclui o idioma, pode ser considerado uma das poucas sinergias significantes na relação Brasil-Portugal no atual momento.

No âmbito da parceria mercadológica, o Embaixador Mário Vilalva visualiza, no curto prazo, a possibilidade de negociação do acordo de comércio entre o MERCOSUL e a UE, caracterizando-se num tema importante em função do efeito direto na relação bilateral, significando dizer que se for conseguido o entendimento entre esses dois blocos económicos, os produtos portugueses passarão a chegar ao Brasil com tarifas alfandegárias mais baixas. Essa relação bilateral económica propiciará novas exportações e importações, novos investimentos serão estimulados e poderemos verificar a criação de emprego e riqueza para ambos os países (Vilalva, 2014, p. 29).

Nos domínios da economia, o Embaixador Mário Vilalva destaca que ao ser firmado o acordo entre o UE-MERCOSUL será possível “resgatar” o Atlântico como grande via de comércio, já que ela havia sido perdida para o Pacífico nos anos 80. A assinatura do acordo, que deve acontecer ainda em 2014, representará um salto qualitativo nas relações Brasil-Portugal (Vilalva, 2014, p. 29), podendo ser enquadrado como uma parceria económica de sucesso.

Nessa mesma área, Silva (2012, p. 3) afirma que a resistência seguidamente encontrada em Portugal com o intuito de “abraçar decididamente” o Brasil no âmbito de uma estratégia internacional bem apoiada significa uma recusa em aceitar horizontes mais amplos e preparar-se para os complexos desafios da globalização e da crise internacional determinados pela competitividade que impera no mundo de hoje. Sendo assim, parece-nos estar no momento de Portugal acompanhar os rumos do Brasil. Silva (2012, p. 7) acrescenta que se “a pequena economia se souber adaptar às circunstâncias determinadas pela grande, pode sair até (mais) beneficiada, pela extensão do mercado que assim terá acesso e pela dinâmica que se gera em consequência. Nesse sentido, uma das suas principais obrigações é conhecer a evolução da grande economia e as suas transformações (...)”.

Segundo a Doutora Melo e Castro, a parceria económica constitui-se num setor com grande potencial de desenvolvimento. O crescimento económico do Brasil oferece oportunidades às empresas portuguesas, mas é importante destacar que Portugal também



pode servir de porta de entrada comercial e de investimentos do Brasil na Europa (Anexo A) (Castro, 2014).

No âmbito da CT&I, que faz parte do vetor tecnológico, o incremento da parceria é de interesse de ambas as partes e não deve abranger uma ou duas áreas específicas, mas sim atuar num campo mais alargado de cooperação efetiva. Todavia, segundo Saraiva (2000, p. 189), a autossuficiência académica de ambos os lados concorre, em larga escala, para o afastamento da convivência intelectual entre os dois países.

Ainda em relação à CT&I, importa referir que os investimentos em energias renováveis são de fundamental importância para Portugal. Se comparado com outros países, o Brasil é detentor de uma matriz energética muito favorável neste setor e pode ser o parceiro ideal numa área onde a posição portuguesa não é tão proeminente, muito embora os esforços que têm sido desenvolvidos no domínio das energias renováveis (Silva, 2012, p. 18).

Importa relembrar alguns vetores que foram mais desenvolvidos no capítulo anterior e que podem se constituir em importantes canais de aproximação estratégica, que são o geopolítico e militar, o educacional e o político-diplomático.

Nos domínios do vetor geopolítico e militar, destacamos a constituição da frota marítima única ao abrigo da CPLP e o intercâmbio de militares, particularmente em operações de paz.

No vetor educacional, destacamos a busca de sinergia e entendimentos entre as instituições de ensino dos dois países, bem como consenso entre os dois governos, no sentido de facilitar o acesso de ambas as partes ao ensino superior e o reconhecimento de graus e títulos académicos.

Quanto ao vetor político-diplomático, apresentamos a concertação entre os dois países para a aproximação de ambos em Cimeiras e outros foros multilaterais, como por exemplo a Cimeira Ibero-Americana. Além disso, destacamos o *lobby* que tem sido feito por Portugal na defesa do assento permanente no CSNU por parte do Brasil.

Como síntese do presente capítulo, optamos por apresentar as palavras de Barbosa (2008, p. 15), que em muito traduzem as relações Brasil-Portugal dos dias atuais:

“(…) pela história, língua e cultura que têm em comum, Brasil e Portugal possuem um relacionamento recheado de potencialidades e especificidades a serem aproveitadas. Tal aproveitamento consiste sobretudo em aproveitar a boa estrutura jurídica e institucional deste relacionamento e em transcender seus aspectos [sic] meramente afectivos [sic], operacionalizando esta sintonia



histórica, linguística e cultural em uma estratégia geopolítica conjunta. Assim, despidos de perspectivas [sic] saudosistas, extremistas e estereotipadas, Portugal e Brasil melhor conseguirão reconhecer-se mutuamente e, conseqüentemente, estarão mais aptos a explorarem, conjuntamente, as vantagens comparativas do relacionamento bilateral face ao actual [sic] contexto do sistema internacional”.



Conclusões

No mundo altamente competitivo e voraz em tempos de globalização, com consequências que muitas vezes extrapolam as fronteiras da economia e atingem a população, faz-se necessário olharmos para o lado e buscarmos ferramentas como o diálogo, a cooperação e a complementaridade. Nesse âmbito, Brasil e Portugal despontam, após séculos de história comum, como possíveis parceiros estratégicos para somarem forças no intuito de vencer estes óbices e se projetarem cada vez mais de forma ativa no CI.

Neste contexto, termina-se este estudo com a síntese dos principais resultados da investigação, que foram organizados nos cinco capítulos deste trabalho, com vista a validar as hipóteses formuladas e, assim, dar resposta à PP (Apêndice 2). No final, apresentam-se algumas recomendações para o futuro.

Por intermédio do Apêndice 1, verificou-se que a política externa está conectada à conjugação de interesses e ideais ligados ao papel do Estado não apenas no âmbito externo, mas também no âmbito interno. A inserção de um país no mundo passa, fundamentalmente, pelos campos de atuação estratégico-militar, das reservas económicas e dos valores. Quanto à PE, verificou-se que, em linhas gerais, ela é uma priorização das relações bilaterais, envolvendo interesses comuns e abrangendo diferentes setores, como o económico, o político, o cultural e o social. Nesse contexto, ocorre uma dinamização do conceito por meio da PEF, onde se assume a existência de diferenças, porém se procura a convergência de interesses e valores. Dentre os diversos ambientes, em nível macro, propícios para a adoção de uma PEF, encontram-se o geopolítico e militar, o tecnológico, o económico e o mercadológico.

No primeiro capítulo pretendeu-se responder à PD1 (Quais os principais aspetos característicos da PEB?). Verificou-se que a PEB assenta nos elementos de identidade nacional, dentre os quais se destacam as PE. Além disso, o Brasil tem optado nos últimos anos por uma ação de alto perfil num sistema que transita do uni ao multipolarismo, constituindo-se num Estado logístico, caracterizado por princípios de reciprocidade de benefícios entre as nações no campo da negociação multilateral e pela consolidação de parcerias bilaterais.

Constatou-se ainda que o país já alcançou o *status* de potência regional, afiançado por meio das relações bilaterais com os vizinhos, pela liderança do processo de integração regional do MERCOSUL, pelos esforços na criação do CDS e pela oposição à ALCA, afastando a influência norte-americana na região. Ademais, a aproximação com a UE, a



política de cooperação Sul-Sul – nomeadamente por meio da CPLP –, a intervenção na OMC, nas reuniões do G20 e a busca de um assento permanente no CSNU, evidenciam o interesse do país em se afirmar como grande potência.

Nesse sentido, demonstra possuir uma eficaz política externa e é através dela e do seu multilateralismo que procura legitimar o seu papel nas esferas políticas e de segurança regionais e mundiais, podendo ser considerado um *global player* na busca da posição de *global actor* no tabuleiro das principais decisões mundiais.

Deste modo, podemos afirmar que a primeira hipótese foi validada, na medida em que a PEB é calcada no princípio do multilateralismo, na busca de parcerias estratégicas e no fortalecimento da cooperação Sul-Sul, nomeadamente com outras nações integrantes da CPLP.

No segundo capítulo pretendeu-se responder à PD2 (Quais os principais aspetos característicos da PEP?). Verificou-se que Portugal apresenta presença e imagem internacionais amplamente reconhecidas e tem suas bases inseridas em importantes instituições internacionais, tais como a UE, a OTAN, a CPLP e a Comunidade Ibero-Americana. Além disso, a PEP apresenta vocação natural para a construção de pontes com outros países, encorajando a participação, procurando o diálogo e a promoção de consenso nas questões internacionais.

A PEP está alicerçada em relações multilaterais, mas sem deixar de lado o incremento das relações bilaterais. Ademais, as relações transatlânticas, o processo de integração europeia e o relacionamento com os países lusófonos – e de maneira especial com o Brasil – permanecem como alicerces da PEP para o início do século XXI. Caracteriza-se ainda como uma política externa de valores, buscando a promoção da paz e dos direitos humanos.

O atual modelo de inserção internacional português mantém as áreas de interesse estratégico do país, ou seja, a Europa, o Atlântico e as relações pós-coloniais. Será por meio de um novo quadro de modelo democrático que Portugal deverá enfrentar os desafios do novo século e da globalização.

Esta análise permitiu validar a segunda hipótese, concluindo-se que a PEP privilegia, dentre outros aspetos, a participação ativa do País no sistema multilateral e a crescente relevância do Atlântico e das relações transatlânticas, particularmente com os países lusófonos.

No terceiro capítulo pretendeu-se dar resposta à PD3 (Quais os principais canais de diálogo entre Brasil e Portugal?). Constatou-se, inicialmente, que as relações luso-



brasileiras estão inseridas num contexto de complementaridade entre o vetor atlantista e o vetor europeísta. No momento de crise das ligações multilaterais, o canal que tem sido privilegiado é o bilateral.

Um importante canal de diálogo se estabelece por meio da CPLP, contudo ela não pode ser entendida como a solução para todos os entraves da política externa de Brasil e Portugal, mas, antes de tudo, deve se apresentar como um instrumento político-diplomático destinado a aproximar os seus Estados-Membros e construir parcerias, complementando e fortalecendo a ação bilateral.

Outro importante caminho para direcionar o diálogo entre Brasil e Portugal é aquele balizado pelas Cimeiras Ibero-americanas. Por meio delas pode ser possível atrair o interesse de Brasil e Portugal para participarem, de forma bilateral, vindo a fortalecer os projetos já existentes e outros que poderiam ser concebidos.

Ademais, a Cimeira anual ALC-UE pode ser outra alternativa de aproximação dos dois países. Todavia, a UE decidiu em 2005 passar a privilegiar o Brasil como país-chave da região, elevando-o ao nível de *strategic partner*, acarretando a redução do interesse pela Cimeira.

Outro canal de diálogo possível é o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação UE-MERCOSUL, que apresenta como um dos grandes impasses a implementação do acordo de livre comércio entre a UE e o MERCOSUL, que, após aprovado, poderá vir a beneficiar Brasil e Portugal, por isso a necessidade de sinergia entre os dois países para incentivar esta parceria entre os dois blocos.

Um dos mais importantes canais de diálogo na atualidade é a Cimeira anual Portugal-Brasil, que tem permitido o incremento dos laços de cooperação e amizade entre as duas partes.

Esta análise permitiu validar a terceira hipótese, concluindo-se que para além do canal bilateral, os outros canais de diálogo possíveis entre Brasil e Portugal são a CPLP, as Cimeiras Ibero-americanas, as Cimeiras ALC-UE, a Cimeira anual Portugal-Brasil e o quadro inter-regional UE-MERCOSUL.

No quarto capítulo pretendeu-se dar resposta às PD4 e PD5. Para responder à PD4 (Quais as possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal?), verificou-se que a inserção mais efetiva do Brasil na UE é uma das possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal. Nesse caso, a continuidade das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE deve ser enfatizada.



O apoio para o necessário fortalecimento da CPLP é outra área possível, já que a Comunidade pode potenciar a ação bilateral. Nesse mister, há alguns casos específicos que podem ser trabalhados, como a opção à abertura de fronteiras e ao favorecimento do seu espaço para incrementar as relações comerciais e económicas entre os seus integrantes, construindo uma grande comunidade económica mundial; e a constituição da frota marítima única para cooperação na S&D do Atlântico Sul.

Constatou-se ainda o desenvolvimento de outros projetos bilaterais nas áreas da CT&I e da Defesa, que podem ser alargados para outros vetores que não só o aeronáutico, cujo exemplo mais evidente é o projeto de desenvolvimento da aeronave KC-390.

Além disso, na medida em que o Brasil tem demonstrado ao mundo o seu intento de obter um assento permanente no CSNU, Portugal surge como um grande aliado para esta conquista, que, se alcançada, poderá favorecer a ambos.

Assim, valida-se a quarta hipótese, confirmando-se que a inserção mais efetiva do Brasil na EU e na Europa de maneira geral, o apoio para o fortalecimento da CPLP, a cooperação na defesa do Atlântico Sul, o desenvolvimento de projetos no âmbito da CT&I e da Defesa e o apoio para conquista de um assento permanente no CSNU são possíveis áreas que poderiam interessar ao Brasil incluir no âmbito de um plano de PE com Portugal.

Em resposta à PD5 (Quais as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil?), verificou-se que uma das áreas de maior interesse para Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil é a da CT&I, apresentando grande margem para cooperação mútua além das já existentes, como é o caso das parcerias PETROBRAS-Galp Energia e EMBRAER-OGMA.

Além disso, Portugal também aposta no fortalecimento da CPLP, particularmente como mecanismo para afirmação da língua portuguesa no mundo, sendo que a colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, poderá fornecer mais visibilidade mundial do que se faz e se produz em língua portuguesa.

Constatou-se ainda a possibilidade de consolidação e identificação de novas oportunidades de aprofundamento do relacionamento na área dos produtos da indústria de defesa, aproveitando as experiências e potencialidades brasileiras nesse setor.

Verificou-se que a continuação e o incremento de intercâmbio de oficiais nas Operações de Paz de OI em que atuam as FFAA dos dois países é uma mais-valia e, se possível, buscar a participação de tropas constituídas.

Além disso, a busca do estreitamento das relações de Portugal com a África e a maior presença no Atlântico Sul, fazem parte de uma questão chave da estratégia de



projeção internacional de Portugal para o século XXI, podendo contar com o apoio brasileiro para atingir esses intentos.

Deste modo, podemos afirmar que a quinta hipótese foi validada, na medida em que o apoio para o fortalecimento da CPLP, a maior presença no Atlântico Sul, o desenvolvimento da parceria no âmbito da CT&I e da Defesa e o intercâmbio de oficiais nas operações de paz e outras atividades militares são possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de PE com o Brasil.

No capítulo seis, em que foi realizada a análise de resultados obtidos nos capítulos anteriores, pretendeu-se validar a sexta hipótese (Apêndice 3), indicando que os possíveis vetores de parceria para maior inserção internacional dos dois países são o geopolítico e militar, o tecnológico, o económico, o mercadológico, o político-diplomático, o sociocultural e o educacional. Sendo que esta hipótese passa a responder também a PP.

Respondidas as perguntas derivadas, é possível então dar resposta à PP: quais os principais vetores a considerar numa PE entre Brasil e Portugal, no sentido de inserir os dois países de maneira mais ativa no CI? Assim, fruto desta investigação, concluiu-se que dentro dos vetores apresentados no parágrafo anterior pode-se considerar as seguintes propostas de aproximação entre os dois países:

- no vetor geopolítico e militar, as duas partes devem ser mais objetivas e pragmáticas nos assuntos de defesa, mantendo e otimizando o intercâmbio de militares em missões que atuam as FFAA dos dois países no exterior, estudando a possibilidade de constituição de uma frota marítima única, no âmbito da CPLP, para a S&D do Atlântico Sul, que resultará no desenvolvimento de uma estratégica geopolítica conjunta para esta região;

- no vetor tecnológico, deve-se potenciar as parcerias em CT&I já existentes e buscar o desenvolvimento de outras, nomeadamente àquelas ligadas à produção de energia limpa, à prospeção de hidrocarbonetos e à indústria de defesa, vindo a ampliar os horizontes do que se faz ou do que se pode vir a fazer em língua portuguesa;

- no vetor económico é onde se encontram as maiores assimetrias, mas também pode vir a ser a área com maiores possibilidades de expansão. Tudo isso por meio do interesse mútuo e do apoio recíproco em se fazer presente em organizações económicas, como é o caso do Brasil em relação à UE e o caso de Portugal em relação ao MERCOSUL. Além disso, surge a possibilidade de construção de uma comunidade económica por meio da CPLP, refletindo na retomada do Atlântico como grande rota de comércio;



- no vetor mercadológico, procura-se aprofundar as negociações em acordos comerciais diversos, bem como fomentar o importante apoio português para a continuidade das conversações acerca do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE;

- no vetor político-diplomático, emerge a valorização da Cimeira Ibero-Americana, visando à beneficiar o canal bilateral e a busca do assento permanente no CSNU por parte do Brasil, que conta com o apoio incondicional português;

- no vetor sociocultural, levanta-se a questão da manutenção e projeção ainda maior da lusofonia no CI, além da tentativa de tornar o português uma das línguas oficiais da ONU e de outras OI; e

- no vetor educacional, deve-se intensificar o esforço de ambas as partes – particularmente dos seus governos – para o reconhecimento de graus e títulos académicos, bem como a participação recíproca em programas de ensino de nível superior.

Decorrente da presente investigação e no âmbito da liberdade académica de um trabalho desta natureza, entende-se pertinente apontar algumas recomendações para investigações futuras relacionadas com a busca de uma PE cada vez mais profícua entre Brasil e Portugal.

Muito se foi falado ao longo do texto sobre a assimetria existente entre os dois países em pauta. Portanto, seria importante um estudo mais aprofundado de um país sobre o outro para permitir uma melhor compreensão da cultura estratégica de cada um, bem como aproveitar de forma mais inteligente e vantajosa as potencialidades que cada um tem para oferecer ao outro e as deficiências que precisam ser minimizadas ou contornadas no intuito de ambos serem projetados internacionalmente.

A formação de massa crítica é muito importante para a lusofonia e, conseqüentemente, relevante também para a inserção mundial. Dessa forma, estudos específicos sobre a possibilidade de maior integração e definição de propósitos entre as Instituições de Ensino Superior dos dois países poderia se constituir numa mais-valia.

Ainda há muito espaço para as pesquisas na área da CT&I. A extensa plataforma continental brasileira e a possibilidade de extensão da plataforma portuguesa sinalizam que pode haver um trabalho conjunto proveitoso, não só em termos de exploração, de troca de *know-how* e de *expertises*, como também no âmbito da S&D.

Ademais, após levantados os diferentes vetores de parceria estratégica possíveis entre Brasil e Portugal, um estudo mais aprofundado de cada um desses vetores, separadamente, seria de suma importância para afiançar os contributos mais evidentes e



exequíveis de cada dimensão para a projeção internacional dos dois países, caracterizando-se em verdadeiras janelas de oportunidade a serem exploradas.

Como se pode constatar nesta investigação, Brasil e Portugal possuem diversas possibilidades para desenvolverem uma PE verdadeiramente vantajosa e propensa a uma presença mais ativa de ambos no CI, apesar de apresentarem algumas disparidades e agendas não complementares em alguns pontos. Para que a voz dos dois países se torne “mais audível” mundo afora é preciso que a relação se constitua numa simbiose caracterizada pela complementaridade e pela valorização das raízes históricas, (re)construindo uma verdadeira ponte sobre o Atlântico, que, além de unir, permitirá o enfrentamento dos desafios do século XXI de forma mais madura e sinérgica.



Bibliografia

Almeida, PR, 2009. O Brasil no contexto da governança global. In: *Cadernos Adenauer IX (2008)*. Rio de Janeiro(RJ): Fundação Konrad Adenauer, pp. 199-219.

Barbosa, AT, 2008. *Relações luso-brasileiras: passado, presente e futuro*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/relacoes-luso-brasileiras-passado-presente-e-futuro/Relacoes-luso-brasileiras-passado-presente-e.pdf>, [Consult. 21 Fev. 2014].

Becard, DSR, 2008. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília(DF): FUNAG.

Bernardino, LMB, 2011. A segurança marítima no seio da CPLP: contributos para uma estratégia nos mares da lusofonia. *Nação e Defesa*, Jan-Abr, 128(5), pp. 41-65.

Bicho, CSM, 2014. *Brasil e Portugal: contributos para uma parceria estratégica tendente a uma presença mais ativa dos dois países no cenário internacional*. Entrevistada por Glauco Corbari Corrêa. Lisboa, 21 Fev. 2014.

Bizzotto, M, 2013. *Mercosul 'emperra' relação do Brasil com União Europeia*. [Em linha] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140219_brasil_uniao_europeia_mercosul_mb_mm.shtml, [Consult. 25 Mar. 2014].

Brasil Económico, 2010. *Petrobras e Galp Energia firmam acordo para produzir biocombustível*. [Em linha] Disponível em: http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/petrobras-e-galp-energia-firmam-acordo-para-produzir-biocombustivel_83051.html, [Consult. 8 Mar. 2014].

Brasil, 2010. *Mesa Redonda da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) - Brasília, 6 e 7 de dezembro de 2010 / South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS) Round Table – Brasília, 6 and 7 December 2010*. [Em linha] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/mesa-redonda-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-brasilia-6-e-7-de-dezembro-de-2010>, [Consult. 8 Mar. 2014].

Brasil, 2011. *Plano plurianual 2012-2015: projeto de lei*. Brasília(DF): Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasil, 2013a. *BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. [Em linha] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>, [Consult. 16 Jan. 2014].

Brasil, 2013b. *Estratégia Nacional de Defesa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>, [Consult. 8 Mar. 2014].

Brasil, 2013c. *Livro Branco de Defesa Nacional*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0>, [Consult. 15 Fev. 2014].

Brasil, 2013d. *Política Nacional de Defesa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>, [Consult. 15 Fev. 2014].



Brasil, 2014a. *CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>, [Consult. 15 Fev. 2014].

Brasil, 2014b. *IBAS: Índia, Brasil e África do Sul*. [Em linha] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>, [Consult. 15 Jan. 2014].

Brigagão, C et al., 2009. Panorama estratégico da Política Externa Brasileira: os caminhos da inserção internacional. *Relações Internacionais*, 15 Dezembro, 24, pp. 75-81.

Cameron, F et al., 2007. Key Elements of a Strategic Partnership. In: S. Crossick & E. Reuter, eds. *China-EU: a common future*. Singapore: World Scientific, pp. 3-14.

Caria, J, 2013. *Petrobras disponível para reforçar parceria com Galp no petróleo brasileiro*. [Em linha] Disponível em: <http://www.dinheirovivo.pt/Empresas/Artigo/CIECO233999.html>, [Consult. 8 Mar. 2014].

Castro, SM, 2014. *Brasil e Portugal: contributos para uma parceria estratégica tendente a uma presença mais ativa dos dois países no cenário internacional*. Entrevistada por Glauco Corbari Corrêa. Lisboa, 11 Fev. 2014.

Cervo, AL, 2008. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo(SP): Saraiva.

Cervo, AL, 2012. Apresentação: a Política Exterior do Brasil. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Jul.-Dez., 1(2), pp. 9-14.

Cervo, AL et al., 2000. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília(DF): Universidade de Brasília.

Chacon, V, 2010. Brasil e Portugal no mundo. In: *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 53-58.

Corrêa, GC, 2014. A Política de Defesa do Brasil no século XXI. *Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares*, Jan.-Abr., 8(31), pp. 29-38.

CPLP, 2010. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cplp.org/id-46.aspx>, [Consult. 27 Dez. 2013].

Cravinho, J, 2012. *Novas coordenadas da política externa portuguesa*. [Em linha] Disponível em: http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_3_12.pdf, [Consult. 25 Jan. 2014].

Diário de Notícias, 2011. *Portugal quer Brasil no Conselho de Segurança*. [Em linha] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2017410&page=-1, [Consult. 5 Nov. 2013].

Dias, R, 2010. *Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global*. São Paulo(SP): Atlas.

Eichenberg, F, 2014. *Dilma afirma que acordo entre Mercosul e União Europeia está próximo*. [Em linha] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/dilma-afirma-que-acordo-entre-mercosul-uniao-europeia-esta-proximo-11695345>, [Consult. 27 Fev. 2014].



Evera, SV, 1997. *Guide to methods for students of political science*. Ithaca: Cornell University.

Fonseca Júnior, G, 2004. *A legitimidade e outras questões internacionais*. 2ª Edição ed. São Paulo(SP): Paz e Terra.

Fonseca, C, 2010. Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(2), pp. 49-69.

Freixo, A, 2002. *Brasil, Portugal e a construção do "espaço da lusofonia"*. Rio de Janeiro, UERJ.

Freixo, A, 2010. As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da idéia da lusofonia. In: *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 65-77.

Gala, IV, 2002. Os pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil. In: *A participação brasileira na CPLP*. Brasília(DF): MRE, pp. 19-25.

Grayley, MV, 2008. *Jornal Mundo Lusíada*. [Em linha] Disponível em: <http://mundolusiada.com.br/politica/portugal-quer-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu/>, [Consult. 15 Fev. 2014].

Guerra, WB, 2011. O Brasil e a segurança do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, Jan.-Abr., 128(5), pp. 67-76.

Hao, S, 2009. Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China's Foreign Affairs. In: I. Masafumi, ed. *China's Shift: Global Strategy of the Rising Power*. Tokyo: The National Institute for Defense Studies, pp. 29-55.

Hirst, M et al., 2010. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*, Dezembro, Issue Especial em Português, pp. 22-41.

IC, 2014. *Conferência Ibero-Americana*. [Em linha] Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/cooperacao-multilateral/conferencia-ibero-americana>, [Consult. 18 Fev. 2014].

IPEA, 2010. *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília(DF): IPEA.

Lafer, C, 1987. Novas dimensões da política externa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev., 1(3).

Lafer, C, 2000. Brasil: dilemas e desafios da política externa. *Estudos Avançados*, 14(38), pp. 260-267.

Leal, CM, 2004. Brasil: alinhamentos e interesses recentes. *Informação Internacional*, 1, pp. 271-306.

Lessa, AC, 2009. No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia. In: *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro(RJ): Fundação Konrad Adenauer, pp. 96-105.

Lessa, AC et al., 2013. Introdução - Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. In: *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte(Minas Gerais): Fino Traço, pp. 9-12.



Lopes, D et al., 2004. Balanço sobre a Inserção Internacional do Brasil. *Contexto Internacional*, 26(2), pp. 317-353.

Matias-Pereira, J, 2010. *Parcerias estratégicas flexíveis: concepção e fundamentos da teoria*. [Em linha] Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5461/1/ARTIGO_ParceriasEstrat%C3%A9gicasFlex%C3%ADveis.pdf, [Consult. 20 Nov. 2013].

Mello, G, 2014. *CPLP lamenta falta diálogo entre países para potenciar os negócios*. [Em linha] Disponível em: <http://expansao.co.ao/Artigo/Geral/37945>, [Consult. 8 Mar. 2014].

Migon, EXF et al., 2013. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. *Coleção Meira Mattos*, Jan.-Abr., 28, pp. 38-53.

Miyamoto, S, 2009. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52(2), pp. 22-42.

Moreira, A, 2013. *O Estado da Nação*. Entrevistado por Paulo Baldaia e João Marcelino [rádio]. TSF, 10 Nov. 2013.

Moreira, A, 2014. *A importância da formulação de um Conceito Estratégico Nacional*. In: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014. *Seminário de Estratégia do Curso de Estado-Maior Conjunto: o Conceito Estratégico Nacional*. IESM, 12 de Fevereiro de 2014. Lisboa: IESM.

Moreira, L, 2010. Portugal, Brasil, a CPLP e a lusofonia. In: Fernando de Sousa; Paula Santos; Paulo Amorim, ed., 2010. *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 59-63.

Observatório da Língua Portuguesa, 2014. *Cimeira Ibero-Americana*. [Em linha] Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/BPR/conferencia-ibero-americana-de-chefes-de-estado-e-de-governo>, [Consult. 25 Jan. 2014].

Oliveira, HA et al., 2005. *Política Externa Brasileira*. São Paulo(SP): Saraiva.

Palma, F, 2013. *O Quinto Elemento da Política Externa Portuguesa e o Conceito de Soft Power*, Lisboa: FCSH.

Patrício, RC, 2008. *Portugal - Brasil: o lugar que cada um ocupa na política externa do outro*. [Em linha] Disponível em: <http://brasil-americanosul.blogspot.pt/2008/11/portugal-brasil-o-lugar-que-cada-um.html>, [Consult. 22 Fev. 2014].

Patrício, RC, 2009. As relações entre a União Europeia e a América Latina – o Mercosul neste enquadramento. In: P. Fischer-Bollin, ed., 2009. *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro(RJ): Fundação Konrad Adenauer, pp. 62-77.

Pecequilo, CS, 2008. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51(2), pp. 136-153.

Pereira, M, 2006. Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia. *Negócios Estrangeiros*, Mar., 9(1), pp. 134-145.

Pimentel, JVS, 2000. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(1), pp. 5-23.



Pinheiro, L, 2004. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro(RJ): Jorge Zahar Editor.

Pires, S, 2009. *O papel de Portugal no estabelecimento da parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Portugal, 2000. *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil*. Porto Seguro(Bahia): s.n.

Portugal, 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional de Portugal*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/programa-governo/programa-governo.aspx>, [Consult. 24 Jan. 2014].

Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Em linha] Disponível em: http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf, [Consult. 15 Fev. 2014].

Quivy, R et al., 2013. *Manual de investigação em ciências sociais*. 6ª ed. Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, TF et al., 2013. Reconcetualizar a segurança e a defesa nacional: o futuro e a importância do fator demográfico. *Revista de Ciências Militares*, Maio, 1(1), pp. 49-70.

Rosa, H, 2006. Importância do Brasil na CPLP. *Intellector*, Jul.-Dez., 3(5), pp. 1-23.

Saraiva, JFS, 2000. 500 anos de relações entre Brasil e Portugal. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(1), pp. 189-191.

Saraiva, MG, 2009. O Brasil entre a União Europeia e a América do Sul entre continuidades e mudanças nos governos de Cardoso e Lula: limites para uma relação triangular. In: *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro(RJ): Fundação Konrad Adenauer, pp. 78-94.

Silva, JR, 2012. Laços económicos com o Brasil: um imperativo estratégico para Portugal. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 11(2-3), pp. 2-20.

Silva, KS, 2011. *A parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia: convergências e divergências da agenda bilateral*. São Paulo, Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, pp. 1-17.

Simões, C, 2011. *EMBRAER inicia parceria com OGMA e EEA na produção de componentes*. [Em linha] Disponível em: http://economico.sapo.pt/noticias/embraer-inicia-parceria-com-ogma-e-eea-na-producao-de-componentes_133650.html, [Consult. 8 Mar. 2014].

Sousa, F, 2002. Portugal e Brasil no quadro das relações União Europeia - MERCOSUL. *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 29, pp. 57-72.

Teixeira Júnior, A et al., 2010. Resenha: Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos. *Política Hoje*, 19(1), pp. 241-250.

Teixeira, NS, 2010. Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, Dezembro, 28, pp. 51-60.

Torres, A et al., 2001. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas. In: *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: cooperação*. Coimbra: Almedina, pp. 23-119.



Varas, A, 2008. Brasil en Sudamérica: de la indiferencia a la hegemonía. *FRIDE*, Maio, pp. 1-7.

Veríssimo, R, 2014. *Mercosul e UE irão estudar propostas para livre comércio a partir de maio*. [Em linha]
Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,mercosul-e-ue-irao-estudar-propostas-para-livre-comercio-a-partir-de-maio,180140,0.htm>, [Consult. 25 Mar. 2014].

Vilalva, M, 2014. *Entrevista com Mário Vilalva, Embaixador do Brasil em Portugal*. Entrevistado por Nuno Estêvão [revista]. Share, Mar.-Abr. 2014.

Wilhelmy, M, 1988. *Política Internacional: enfoques y realidades*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

Zero Hora, 2014. *União Europeia e Mercosul devem estudar propostas para acordo de livre comércio antes da Copa*. [Em linha]
Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2014/03/uniao-europeia-e-mercosul-devem-estudar-propostas-para-acordo-de-livre-comercio-antes-da-copa-4458980.html>, [Consult. 29 Mar. 2014].



Anexo A – Entrevista com a Senhora Doutora Sónia Melo e Castro (Chefe da Divisão da América Latina e Caraíbas, da Direção de Serviços das Américas, da Direção-Geral de Política Externa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Data: 11Fev14; **Local:** Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa)

1. Quais são as principais linhas de orientação em matéria de política externa e quais os atores do Sistema Político Internacional prioritários para Portugal?

Portugal é um país Atlântico e as suas relações externas têm sido marcadas por esse fator com destaque para os EUA e para os países lusófonos. A partir de 1986, quando o país aderiu à então Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal voltou-se mais para a Europa, num projeto de integração.

Na vertente económica, Portugal também volta seus olhos para o Pacífico, atento à ascensão e influência chinesa e de outros países do sudeste asiático.

O Médio Oriente e a região do Magreb também vêm crescendo de importância na diplomacia económica portuguesa.

Além disso, Portugal privilegia o multilateralismo com participações cada vez mais ativas no âmbito da ONU, por exemplo (cita-se a participação do país como membro não permanente do CSNU no biênio 2011-2012), constituindo-se uma mais-valia para a projeção da imagem do país a nível internacional, com reflexos positivos tanto na área político-diplomática, como para a difusão da língua e da cultura portuguesas e para a promoção da atividade económica e empresarial do país.

Nesse âmbito, busca também participação mais ativa nos debates sobre as questões globais, tais como a situação atual na Síria, os projetos de desenvolvimento das nações e as alterações climáticas.

2. Atualmente, quais os principais canais de diálogo entre Portugal e Brasil?

Um dos mais importantes canais de diálogo na atualidade é a Cimeira anual Portugal-Brasil (presidida pelos chefes dos respetivos executivos), regulada pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000. A última Cimeira foi realizada em Portugal, em junho de 2013. Este ano deve ser realizada no Brasil, no entanto em função da Copa do Mundo de 2014 e das eleições no Brasil, o período de realização ainda não foi definido. Com estas Cimeiras busca-se fomentar as relações de amizade e a cooperação entre os dois países. A preparação para as Cimeiras por si só já é uma mais-valia para ambas as partes, uma vez que a existência de um comité bilateral permanente para tratar de assuntos no âmbito económico, social, cultural etc., permite “manter acesa” a ligação Portugal-Brasil. Esse comité trabalha no nível setorial, todavia num nível mais elevado (nível geral) são tratados assuntos de cariz “mais político”.

Além disso, ocorrem visitas regulares de ministros dos dois países e, eventualmente, visitas dos presidentes ou vice-presidentes.

As Conferências Ibero-americanas também são importantes canais de diálogo, no entanto mais voltadas para o âmbito regional.

Portugal pode ainda servir como plataforma para a promoção dos interesses de países da América Latina na União Europeia, bem como o Brasil pode servir de plataforma para a promoção dos interesses de Portugal em organizações regionais como o MERCOSUL. Um exemplo foi a intermediação de Portugal junto à UE para apoio à candidatura de um brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

3. Quais as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de parceria estratégica com o Brasil?



Uma área que muito interessa a Portugal é a da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), muito discutida na última Cimeira e com grande margem para cooperação mútua. Trata-se de *expertises* que podem ser aproveitadas por ambos os países.

Além disso, Portugal aposta na CPLP como mecanismo para afirmação da língua portuguesa no mundo. A colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por exemplo, poderia dar massa crítica e visibilidade do que “se faz em língua portuguesa” nesta área.

A parceria económica é também muito importante existindo uma grande margem para o seu desenvolvimento, já que está muito aquém do seu potencial.

Portugal tem promovido as suas relações com os países da América Latina. O Brasil poderia contribuir para uma maior aproximação entre a região e a UE nomeadamente por meio da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), por exemplo.

4. Dentre os diversos vetores de parceria estratégica possíveis entre Portugal e o Brasil (cultural, tecnológico, defesa, político, económico etc.), quais seriam os mais importantes para inserir os dois países de maneira mais ativa no cenário internacional? E no âmbito desses vetores, quais os exemplos práticos de parceria?

Além da parceria estratégica já referida no âmbito da CT&I, a parceria económica constitui-se num setor com grande potencial de desenvolvimento. O crescimento económico do Brasil oferece oportunidades às empresas portuguesas mas importa referir que Portugal também pode servir de porta de entrada comercial e de investimentos do Brasil na Europa.

A parceria no âmbito da defesa encontra-se arrefecida, no entanto em 2013 foram realizadas algumas consultas. A retomada dessa questão seria excelente para Portugal e uma ótima oportunidade de troca de experiências.

Outra parceira que merece destaque e aprofundamento diz respeito à educação. A constituição de massa crítica de conhecimento e em língua portuguesa com competências científicas e tecnológicas seria de fundamental importância para projeção dos dois países. Algumas ações nessa área têm sido importantes, tais como: a promoção da mobilidade de estudantes. Todavia, alguns entraves têm sido encontrados. O primeiro diz respeito ao reconhecimento de graus e títulos académicos de ambas as partes, mas em maior escala por parte do lado brasileiro. O segundo caso diz respeito ao Programa Ciências Sem Fronteiras do Governo Brasileiro, que cancelou a participação de Portugal como país anfitrião por considerar que não haveria acréscimo aos estudantes brasileiros em termos de aprendizado e/ou aperfeiçoamento de idioma estrangeiro.

5. Outras considerações

É importante considerar que Portugal e Brasil possuem afinidades e relacionamentos históricos, todavia muito ainda pode ser feito para maior aproximação dos dois países.

Uma demonstração da preocupação por parte de Portugal em estreitar laços com o Brasil é o seu apoio para que o Brasil obtenha um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Portugal considera que o atual peso regional e económico do Brasil, deve ter reflexos na cena internacional. Além disso, possuir um membro de língua portuguesa no Conselho de Segurança favoreceria não só o Brasil, mas todos os países lusófonos.

Há ainda espaço para aprofundamento tanto nas relações bilaterais como na vertente multilateral, por meio de discussões internacionais e regionais reforçando a “ponte” Portugal - Brasil e Europa - América Latina. Numa lógica de “win-win”, sairiam ganhando os dois países com diversos benefícios ainda possíveis de serem explorados.



Anexo B – Entrevista com a Senhora Doutora Cláudia Susana Maniés Bicho [Adjunta da Direção de Serviços de Relações Internacionais (para assuntos de cooperação com o Continente americano), da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional (MDN) Português]

Data: 21Fev14; **Local:** Ministério da Defesa Nacional (Lisboa)

1. Atualmente, quais os principais canais de diálogo entre Portugal e Brasil no que tange à Defesa?

Citando alguns dos mais relevantes, as visitas ministeriais, que têm decorrido com alguma regularidade, quer no Brasil quer em Portugal; as Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa entre os respetivos Ministérios, entre a DGPDN e a CAE; as conversações entre o EMGFA de Portugal e o EMCFA do Brasil e as Conversações Formais entre os Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea dos dois países.

2. Quais as possíveis áreas que poderiam interessar a Portugal incluir no âmbito de um plano de parceria estratégica com o Brasil, no âmbito da Defesa?

Atendendo ao histórico de cooperação entre indústrias portuguesas e brasileiras, no domínio da Defesa, Portugal tem encorajado, nos últimos anos e encontros, a consolidação e identificação de novas oportunidades de aprofundamento do nosso relacionamento na área dos produtos da indústria de Defesa, sublinhando os setores da construção naval (pelas vocações marítimas, necessidades específicas do Brasil, facilidade de idioma), em particular o projeto português de Navio Patrulha Oceânico; da indústria aeronáutica, além da parceria OGMA/EMBRAER; e dos sistemas de comunicações e de tecnologias de materiais.

3. Em maio de 2012, realizou-se em Brasília-DF a Reunião entre o Ministério da Defesa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional de Portugal, com a visita oficial do Ministro da Defesa de Portugal. A partir desta Reunião, salvo outro juízo, foram manifestados interesses mútuos no que respeita ao desenvolvimento do projeto do avião cargueiro reabastecedor KC-390, à atuação das Forças Armadas dos dois países em Missões de Paz, à situação política em Guiné Bissau e à importância da Operação Felino no âmbito da CPLP. Nesse sentido, a senhora saberia me informar a atual situação das pautas apresentadas, bem como perspectivas futuras?

- KC-390: Em 2010, em encontro bilateral entre o Ministro da Defesa Nacional e o seu homólogo brasileiro, foi assinada uma Declaração de Intenções relativa à participação no programa da aeronave KC-390. Atualmente a participação portuguesa no programa é conduzida pelo Ministério da Economia com o envolvimento do Ministério da Defesa. Destaca-se também a parceria OGMA/EMBRAER, e o investimento das duas unidades fabris em Évora, que já se encontram a produzir componentes para o KC-390.

- Missões de Paz: para estes assuntos, o EMGFA presta assessoria estratégico-militar e a DGPDN assessoria político-estratégica ao Ministro da Defesa Nacional. Registamos o recente contributo brasileiro em três missões de cooperação internacional de paz, sob mandato da ONU, o comando da MONUSCO na República Democrática do Congo, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti-MINUSTAH e a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano-FTM-UNIFIL, no Líbano. Em colaboração destaca-se, ainda, a presença, em 2013, de Oficial brasileiro a bordo do navio-almirante português da Força Naval da União Europeia durante a Operação “Atalanta” nos esforços internacionais de combate a atos de pirataria no mar. A continuação de intercâmbio de oficiais nas Operações de Paz de organizações



internacionais em que atuam as Forças Armadas dos dois países deverá ser encarada com agrado.

- Situação em Guiné Bissau: a posição da política externa portuguesa é no sentido das conversações e cooperação com a Guiné-Bissau retornarem após o Governo daquele país demonstrar que voltou a vigorar a situação de normalidade democrática. Tal facto, espera-se que seja concretizado com a realização das eleições gerais marcadas naquele país para 13 de abril de 2014.

- Operação Felino: a operacionalização deste Exercício é efetivada entre o EMGFA (Portugal) e o EMCFA (Brasil), acompanhando a DGPDN o assunto ao nível do Secretariado Permanente dos Assuntos de Defesa (SPAD) da CPLP.

4. As reuniões político-estratégicas anuais entre os Chefes de Estado-Maior Conjunto de ambos países estão sendo realizadas? Caso positivo, quando foi a última, quando será a próxima e quais os principais assuntos tratados?

A DGPDN tem tomado a iniciativa de realização dos encontros com a CAE do EMCFA. A última Reunião foi realizada em Portugal, nos dias 14 e 15 de novembro de 2013, caracterizando-se na 4.^a Edição. Foi uma Reunião de nível ministerial, aproximando as Chefias de Assuntos Estratégicos de ambos os países, tendo contado igualmente com a presença, do lado brasileiro, do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa do Brasil (CEMCFA), na abertura dos trabalhos. Não se configurou, assim, numa Reunião entre os Chefes de Estado-Maior Conjunto de Brasil e Portugal tendo-se realizado, no entanto, nesta ocasião uma audiência entre as duas entidades, CEMGFA e CEMCFA.

Estas reuniões apresentam um formato anual de diálogo de Defesa, mas que contempla os múltiplos setores da área da Defesa e Militar.

Seria, no entanto, interessante que fosse equacionada a integração, de uma forma abrangente, do diálogo político e militar, prosseguindo o princípio de Unidade de Ação Externa do Estado no âmbito da Defesa, de modo a dar coerência de conjunto às diversas ações que realizamos no plano externo e evitando alguma dispersão operacional das diversas reuniões setoriais desenvolvidas, seguindo um formato semelhante às reuniões realizadas entre Portugal e Espanha (Reuniões / Conferências dos Estados-Maiores Peninsulares).

Acontecem, paralelamente, as reuniões entre os ramos dos dois países, como por exemplo as Reuniões Bilaterais entre o Exército Brasileiro e o Exército Português. As reuniões entre as Forças têm vindo a ser mais assíduas do que as de Defesa.

Cabe ressaltar que é importante esse diálogo militar regular entre os dois países. Todavia, há necessidade de uma análise mais integradora dos objetivos e dos resultados, no sentido de se verificar se o caminho que está sendo proposto a seguir é o mais adequado ou não. É preciso ainda mais conhecimento e mais organização do que se deseja fazer, vindo a potenciar a complementaridade já existente.

Na Reunião de novembro de 2013, ocorreu a reativação e a tentativa de se encontrar ações de intercâmbio concretas entre as duas partes, nomeadamente nas áreas de produtos de defesa, de saúde militar, de pessoal e de formação.

A próxima reunião deverá ser realizada somente no 1.^o semestre de 2015, no Brasil, em virtude da preparação e envolvimento do Ministério da Defesa do Brasil para os grandes eventos programados para este ano, como a Copa do Mundo de Futebol.

Por seu turno, a reunião entre os Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas está de certa forma “adormecida”, tendo a última sido realizada em 2009.

Já a Reunião entre os Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos países integrantes da CPLP tem periodicidade anual. Além destas, programadas, poderão ocorrer encontros de cariz extraordinário, como o de setembro de 2013, no Rio de Janeiro.



- Passa-se a citar algumas reuniões ministeriais mais relevantes concretizadas:
- I Conversações Político-Estratégicas de Defesa, 24Abr2008, Brasília;
 - II Conversações Político-Estratégicas de Defesa, 19Mai2009, Lisboa;
 - Visita oficial a Portugal do Ministro da Defesa do Brasil, 19Jun2009;
 - III Conversações, passando a designar-se Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa, em 20-23Jul2009, Rio de Janeiro;
 - Visita oficial ao Brasil do Ministro da Defesa Nacional de Portugal, 9-10Set2009;
 - Encontro entre o Ministro da Defesa Nacional de Portugal e o Ministro da Defesa do Brasil, Lisboa, 19Mai2010, por ocasião da Cimeira Luso-Brasileira;
 - Visita oficial a Portugal do Ministro da Defesa do Brasil, 17Out2011;
 - Reunião informal com o CECMFA, Lisboa, 9Mar2012;
 - Visita oficial ao Brasil do Ministro da Defesa Nacional de Portugal, 24-25Mai2012;
 - Em representação do Ministro da Defesa Nacional uma delegação chefiada pelo Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa do MDN participou, a convite brasileiro, na Exposição Internacional de Defesa e Segurança “LAAD-Defence & Security 2013”, Rio de Janeiro, em 9-12Abr2013; e
 - IV Reunião de Cooperação Estratégica de Defesa, 14-15Nov2013, Lisboa, com a presença, pelo lado brasileiro, do CECMFA, como anteriormente referido.

Nota: as Conversações Político-Estratégicas de Defesa / Reuniões de Cooperação Estratégica de Defesa são chefiadas, do lado português, pelo Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do MDN.

5. Quais os principais instrumentos jurídicos bilaterais referentes à Defesa existentes entre Brasil e Portugal?

- *Memorandum* de Entendimento – Protocolo de Acordo “Intercâmbio de Militares entre a Força Aérea Portuguesa e a Força Aérea Brasileira”, de 4 de julho de 1994;
- Protocolo de Acordo “Intercâmbio entre o Exército Português e o Exército Brasileiro”, de 19 de junho de 1995;
- Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil (Art. 65.º respeitante a cooperação militar no domínio da Defesa), de 22 de abril de 2000;
- Protocolo de Cooperação entre a Escola Superior de Guerra e o Instituto de Defesa Nacional, de 22 de novembro de 2000;
- Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre Cooperação no Domínio da Defesa, de 13 de outubro de 2005;
- Protocolo de intenções entre a Escola Superior de Guerra do Brasil e o Instituto da Defesa Nacional, de 2 de setembro de 2008;
- Memorando de Entendimento entre a Força Aérea Portuguesa e o Comando de Aeronáutica do Brasil sobre Aceitação Mútua de Garantia de Qualidade de Material e Serviços de Defesa, de 21 de maio de 2009;
- Normas Reguladoras para a Elaboração e Execução dos Programas Específicos de Atividades Bilaterais entre a Força Aérea Portuguesa e a Força Aérea Brasileira, de 8 de abril de 2010;
- Instrumento de Cooperação Bilateral entre a Marinha Portuguesa e a Marinha do Brasil, relativo ao intercâmbio de produtos, dados e informações hidrográficas, assinado em 26 de agosto de 2010, pela parte portuguesa, e em 16 de setembro de 2010, pela parte brasileira; e
- Mecanismo Regulador de Facilidades Mútuas de Bem-Estar entre a Marinha do Brasil e a Marinha Portuguesa, de 2 de setembro de 2011.



6. A senhora teria outras considerações/informações sobre as possibilidades de parceria estratégica no âmbito da Defesa entre Portugal e o Brasil?

Atendendo que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) Português reconhece o papel do Brasil na área de inserção estratégica nacional, deverão ser desenvolvidos esforços e ações para reforçar a parceria no relacionamento.



Apêndice 1 – Enquadramento conceptual

O presente Apêndice tem como objetivo identificar os conceitos, conhecimentos, informações e interpretações que permitam formar um quadro teórico conceptual dos termos “política externa” e “parceria estratégica”.

1. Política externa

Com o intuito de se encontrar as questões centrais do relacionamento entre dois países é importante compreender a abrangência do conceito de “política externa”.

Em relação à política externa dos Estados, Dias (2010) apresenta a política exterior como um conjunto de decisões, políticas e ações de um governo que criam uma doutrina específica, coerente, e de certa forma permanente, que se projeta no cenário internacional, para atender às necessidades do Estado, e que reflete a estabilidade e a força do Estado. Dias (2010) acrescenta que “a política exterior de um Estado constitui uma política pública, que adquire grande importância por suas implicações e alcance no cenário internacional. Sua elaboração sofre influência de todo um conjunto de fatores internos e externos que são determinantes na hora de estabelecer a agenda internacional de um país”.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pinheiro (2004, p. 7) define política externa como “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional”. Nesse sentido, trata-se da “conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no SI tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder”.

De acordo com Oliveira (2005, pp. 2-3), ao partir-se da consideração de que o objeto de RI é o meio internacional, que abrange o conjunto das relações somadas às relações transnacionais, estar-se-á a trabalhar com a premissa de que, na realidade, política externa representa uma das áreas de RI, porém com ênfase maior no papel do Estado. Sendo assim, a política externa é a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional e que, por consequência, sua definição e implementação é prerrogativa do Estado.

Nesse mesmo sentido, porém de uma maneira mais simples e objetiva, a política externa é definida por Wilhelmy (1988, p. 148) como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante outros Estados.

No mundo globalizado de hoje, a interação entre estados está a agregar cada vez mais a participação de organizações não-governamentais (ONG), de empresas e grupos sociais diversos, fazendo com que a política externa de um país corresponda, também, à atuação do Estado na defesa do conjunto dos interesses dessas instituições (Oliveira, 2005, p. 5).

Conforme Wilhelmy (1988, p. 149), a política exterior projeta para outros Estados aspetos importantes da política interna de um Estado. Além disso, a política exterior contém as reações estatais às condições (estruturas e processos) dominantes no SI, transmitindo parte delas aos agentes políticos internos.

De acordo com Lafer (1987, pp. 73-74), a harmonização das necessidades internas de um país, ou seja, a proposta da sua inserção no mundo, acontece em três significativos campos de atuação:

a) o campo estratégico-militar, que traduz o que um país significa, ou pode significar, para outros como aliado, protetor ou inimigo em termos de riscos de guerra e desejos de paz;



b) o campo das relações económicas, que explicita a importância efetiva ou potencial de um país para outros como mercado; e

c) o campo dos valores, que revela a importância de um país enquanto modelo que almeja, mesmo que não em grande escala, a vida em sociedade.

Podemos constatar, portanto, que a política externa se caracteriza num processo dinâmico no qual as diferentes variáveis se encontram em constante reavaliação. A Tabela nº 1 apresenta uma proposta de composição dinâmica de elementos de política externa apresentadas por Oliveira (2005, p. 14), sem considerar a ordem apresentada como indicador de prioridades:

Tabela nº 1 – Composição dinâmica de elementos de política externa.
Fonte: (Oliveira, 2005, p. 14)

Política Externa
• Análise da realidade interna.
• Análise da realidade externa.
• Análise da compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas.
• Processo de tomada de decisão.
• Implementação da decisão.
• Ação.
• Avaliação da política externa.

Verificamos, assim, que a política externa adotada por Brasil e Portugal – e suas dimensões – será determinante para definir os rumos do relacionamento entre os dois países, em benefício próprio e para o enfrentamento cooperativo dos desafios existentes no século XXI.

2. Parceria estratégica entre Estados

No âmbito das RI, parceria significa relações entre nações que têm interesses comuns e que se comprometem a cooperar e coordenar suas ações no meio internacional. Ressalta-se que a parceria deve seguir algumas normas de conduta, tais como: (i) nunca tratar o parceiro com hostilidade; (ii) compartilhar as mesmas premissas; (iii) manifestar desejo de cooperação em favor dos interesses comuns; e (iv) adotar medidas práticas para fortalecer as relações mútuas (Hao, 2009).

Segundo Becard (2008, pp. 31-32), dois países mantêm parceria estratégica quando se encontram presentes em suas relações bilaterais os seguintes elementos: i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos económico e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; e iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do SI.

Sendo assim, podemos considerar que uma parceria estratégica irá abranger os mais diferentes setores, tais como o económico, o político, o cultural e o social, além, logicamente, daqueles considerados estratégicos e/ou relacionados à segurança. Todavia, o fato de dois países serem parceiros estratégicos e relacionarem-se em áreas tão caras à nação como um todo, não significa que não haverá atrito e discordâncias entre eles, como afirma Cameron et al. (2007, p. 4). Dessa forma, os países continuam agindo de acordo com seus interesses, porém faz parte desses interesses uma tentativa de maior concertação entre eles, do contrário esses países não firmariam uma parceria estratégica.



Para Cameron et al. (2007, pp. 7-8), as partes devem ter claramente definidos os objetivos a serem desenvolvidos na parceria estratégica, de maneira que podem ser apresentados os seguintes: (i) promover entendimento mútuo; (ii) fortalecer os sistemas de regras baseados na governança global; (iii) promover a segurança global e regional; (iv) promover o respeito ao Estado de Direito, incluindo os direitos humanos; e (v) aumentar a sustentabilidade económica e social. Nesse sentido, a parceria deve ser baseada na igualdade, confiança mútua, respeito e compreensão. Também deve ser abrangente, holística e de longo prazo, e deve haver um compromisso intenso, contínuo e estável para essa parceria. O ideal é que os valores fundamentais das duas partes sejam semelhantes ou pelo menos compatíveis.

Segundo Lessa et al. (2013, pp. 9-10), a expressão parceria estratégica converteu-se, ao longo dos últimos anos, em uma ideia importante das políticas externas de muitos países. O uso intenso da expressão parceria estratégica pode-se explicar pela necessidade que as diplomacias enfrentam de dar um sentido prioritário a determinados relacionamentos bilaterais, projetando para o debate político e para o consumo público agendas que se pretendem apresentar como densas e revestidas de alta relevância política e económica.

Procurando-se dinamizar ainda mais o conceito em tela, surge a questão da parceria estratégica flexível. Para Matias-Pereira (2010), a PEF apresenta dois enfoques na sua partida: a verificação da existência de um problema cuja magnitude e complexidade transcendem as forças de cada integrante da parceria, se considerado individualmente; e a convicção de que, mesmo diante das diferenças e diversidades entre os aliados, eles possuem uma convergência de crenças, valores, pontos de vista e interesses que os motiva a ter um posicionamento comum e uma disposição de atuar de forma conjunta para alterar uma determinada realidade ou contexto desfavorável. A Tabela nº 2 apresenta os ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das parcerias estratégicas flexíveis.

Tabela nº 2 – Ambientes, em nível macro, propícios para a adoção das parcerias estratégicas flexíveis.
Fonte: (Matias-Pereira, 2010)

Parcerias Geopolíticas e Militares	Parcerias Tecnológicas
Combate ao terrorismo	Meio ambiente
Alianças militares	Biotecnologia
Redesenho de territórios	Nanotecnologia
	Prospecção de petróleo
	Aeroespacial
	Produção de energia renovável
Parcerias Económicas	Parcerias Mercadológicas
Formação de blocos económicos	Abertura de mercados
Definição de regras para o sistema financeiro mundial	Blocos económicos

Do acima exposto, verifica-se a importância do significado do termo “parceria estratégica” e a grande quantidade de canais de diálogo e dimensões possíveis para o desenvolvimento dessa parceria entre o Brasil e Portugal, de forma que ela contribua significativamente para a participação mais efetiva de ambos os países no contexto internacional.



Apêndice 2 – Esquema geral da investigação

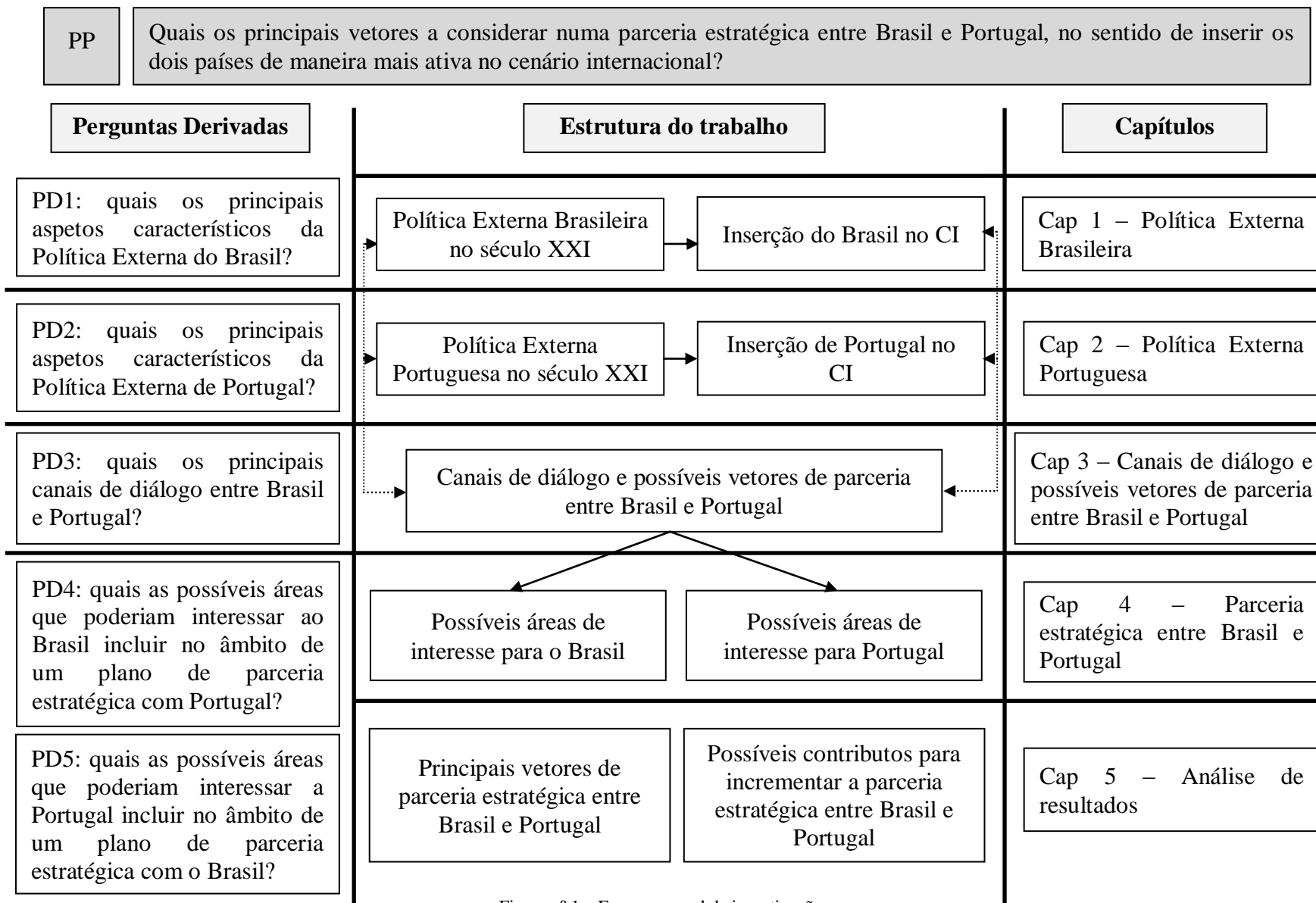


Figura nº 1 – Esquema geral da investigação.
Fonte: (o autor, 2014)



Apêndice 3 – Quadro resumo da análise de resultados

Tabela nº 3 – Relevância da parceria estratégica por vetores.
Fonte: (o autor, 2014)

País Tipo de Parceria	Para o Brasil	Para Portugal	Para ambos
Geopolítica e Militar	<ul style="list-style-type: none"> - Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise mais integradora dos objetivos e dos resultados das reuniões no âmbito da Defesa, além de mais conhecimento e mais organização do que se deseja fazer, vindo a potenciar a complementaridade já existente. - Continuação e incremento de intercâmbio de oficiais nas Operações de Paz de OI em que atuam as FFAA dos dois países, alargando para tropas constituídas. - Constituição de uma frota marítima única, por meio da CPLP, para a S&D do Atlântico Sul. - Desenvolvimento de uma estratégia geopolítica conjunta.
Tecnológica (*)	<ul style="list-style-type: none"> - Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incrementar a parceria na produção e desenvolvimento de “energia limpa”, nomeadamente biocombustíveis. - Aproveitar o <i>know-how</i> adquirido na exploração da camada do pré-sal brasileiro pela Galp Energia para expandir para outras áreas de prospeção de hidrocarbonetos. - Incrementar a troca de experiências e <i>expertises</i> na área de CT&I. - Colaboração no âmbito do desenvolvimento tecnológico, por meio da CPLP e tendo Portugal e Brasil como centro do processo, para dar massa crítica e visibilidade do que “se faz em língua portuguesa”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de projetos bilaterais nas áreas científico-tecnológica e de defesa, a exemplo da produção do KC-390 entre a EMBRAER e a OGMA, não se restringindo apenas aos meios aéreos, mas também navais, terrestres e espaciais. - Incrementar o intercâmbio de estudantes nas áreas de CT&I, como engenharia e biomedicina, por exemplo. - Constituição de massa crítica de conhecimento e em língua portuguesa com competências científicas e tecnológicas.



		- Aprofundamento do relacionamento na área dos produtos da indústria de defesa, destacando-se os setores da construção naval; da indústria aeronáutica; e dos sistemas de comunicações e de tecnologias de materiais.	
Económica	- Enxergar em Portugal uma possível porta de entrada comercial e de investimentos do Brasil na Europa. - Brasil pode servir de plataforma para a promoção de interesses de Portugal em organizações regionais como o MERCOSUL.	- Conhecer a evolução da economia brasileira e as suas transformações. - Portugal pode servir como plataforma para a promoção dos interesses de países da América Latina na UE.	- Edificação de uma grande comunidade económica mundial por meio da CPLP. - “Resgatar” o Atlântico como grande via de comércio, nomeadamente por meio do Acordo UE-MERCOSUL.
Mercadológica	- Fomentar a diplomacia portuguesa para dar continuidade às negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE.	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Aprofundamento das negociações do acordo de comércio entre o MERCOSUL e a UE.
Político-Diplomático	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Contribuição do Brasil para uma maior aproximação entre a América Latina e a UE, nomeadamente por meio da CELAC. - Permanecer apoiando a obtenção de um assento permanente no CSNU por parte do Brasil.	- Valorizar, trabalhar e direcionar a Cimeira Ibero-Americana para beneficiar o canal bilateral.
Sociocultural	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Mudança de postura (cultura estratégica) por parte de Portugal – com o apoio brasileiro – para obter maior presença na África e no Atlântico Sul.	- Manutenção e projeção da lusofonia no cenário internacional. - Difusão conjunta do idioma português e a tentativa de torná-lo uma das línguas oficiais da ONU e de outros Organismos Internacionais.
Educacional	- Esforço para retomar a participação de Portugal no Programa Ciências Sem Fronteiras do Governo Brasileiro.	- Não foram encontrados fatores de relevância para este vetor, durante a pesquisa.	- Facilitação para o reconhecimento de graus e títulos académicos de ambas as partes.

Legenda:

(*) Inclui também a Indústria de Defesa.